APRESENTAÇÃO

Este foi um trabalho que exigiu, acima de tudo, entrosamento, dedicação e respeito mútuo. Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação colocaram neste Plano, metas que irão levar a Educação do Município a atingir os anseios da população que se reuniram exaustivamente. Nesses proveitosos encontros, todos tinham vez para exporem suas idéias e manifestarem suas opiniões sobre a Educação que queriam.

Com pesquisas e reuniões, o grupo de trabalho, que se dividiu em comissões, com grande categoria diagnosticou a Educação Municipal em todos os seus aspectos, traçando as diretrizes, com base nos objetivos e metas que visam universalizar o ensino, conduzir ao exercício da cidadania, abolir preconceitos, promover a integração comunidade-escola.

O comprometimento com a Educação e o nosso grande amor à arte de ensinar, fizeram-nos debruçar, com afinco, sobre a elaboração de uma lei, cujo cumprimento trará expressivo avanço na Educação Municipal.

Sentimos os passos de uma Educação Municipal forte, que busca compreender as ligações existentes entre ela e a comunidade, seus nexos com a democracia, que ouve a comunidade e incorpora suas necessidades.

O documento aqui apresentado a ser aprovado em última instância pelo Legislativo Municipal resgata a idéia do planejamento de longo prazo, da possibilidade de continuidade das políticas educacionais do município, do estabelecimento de compromisso explícito do poder público para com a realização das aspirações da sociedade nessa área.

Silvialene Lourenço Baptista
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Lucy de Oliveira Ramos
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

Considerações Gerais

Em cumprimento à determinação da Lei nº 10.172 e em defesa a uma educação qualificada, a Secretaria e o Conselho Municipal de Educação deram início à elaboração do presente documento no ano de 2003, quando o colegiado participou de fóruns, seminários e realizou diversos encontros para estudo. Cumpre-nos ressaltar que foi um período de buscas e muitas descobertas que contribuíram para a solidez de um trabalho pautado no comprometimento do resgate da escola pública.

Na mesma época, foi expedido o Decreto nº 860/2003 que instituiu o Grupo de Trabalho para viabilizar o processo de elaboração do Plano Municipal de Porciúncula.

O passo subsequente deu-se com o diagnóstico desencadeando encontros com atores representantes dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Poder Público. Enfatizamos a participação dos diversos atores da educação como os Profissionais da área e Pais de Alunos para assegurar uma visão mais realista, vivenciada da realidade educacional. Contamos também com a participação da Comunidade Organizada que centralizou as opiniões nas questões que mais diretamente afetam a educação, seja em âmbito Municipal, Estadual e ou Nacional do Município.

Após sondagem entre os cidadãos do Município de Porciúncula e extensa reflexão sobre a educação municipal, seus problemas e possíveis causas, suas virtudes e os desafios que o município de Porciúncula tem de enfrentar nos próximos anos para alcançar um nível de desenvolvimento educacional compatível com as aspirações sociais, com as demandas da sociedade, do conhecimento, com exigências do mundo globalizado, cumprimos o honroso dever de apresentar o decenal Plano Municipal de Educação – PME.

As medidas propostas por este Plano para implementar as diretrizes e os parâmetros curriculares nacionais se enquadram na perspectiva da melhoria da qualidade do ensino do município de Porciúncula.

Acreditamos que este documento reúne o que de melhor pode oferecer cada um dos atores envolvidos traduzindo assim a sua maior e melhor contribuição às quais somamos nossa própria experiência. Um documento que estabelece objetivos, diretrizes e metas para a educação do Município nos próximos dez anos, refletindo os sonhos e desejos dos munícipes comprovando o grau de amadurecimento do nosso povo na caminhada ao encontro dos valores.

O propósito deste Plano é o direcionamento da Educação do Município com vistas ao significativo crescimento qualitativo do processo ensino-aprendizagem nos vários níveis e modalidades pertinentes à Educação que desenvolvem cidadania dignificando o dom de existir.

Considerando no entanto, as condições concretas de nosso Município sobretudo no que se refere à limitação de meios financeiros e técnicas, este documento propõe que a oferta pública de educação concede prioridade às crianças das famílias de menor renda, situando as instituições nas áreas de maior necessidade e nelas concentrando o melhor de seus recursos técnicos e pedagógicos.

O papel da sociedade civil durante a vigência do Plano Municipal de Educação é de grande relevância. Um de seus principais desafios no âmbito educacional para os próximos anos que correspondem à vigência do PME, é o da gestão democrática e o do desenvolvimento da sociedade civil na concretização das metas contidas no Plano. Vale lembrar que está textualmente expresso na Constituição de 1988 que, "Todo poder emana do povo, podendo ser exercido direta ou indiretamente através de seus representantes".

Perfil do Município

O município de Porciúncula foi criado nos termos do Art. 6º do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, de 20 de junho de 1947 e regulado por efeito da Lei estadual nº06 de 11 de agosto de 1947, quando o Governador do Estado do Rio de Janeiro – Coronel Edmundo Macedo Soares e Silva – concluía o processo de emancipação da até então Vila; mediante o seguinte teor: "...Porciúncula, com sede na atual Vila do mesmo nome, constituído dos territórios dos distritos de Porciúncula, Purilândia e Santa Clara, desanexados do município de Itaperuna".

Localiza-se ao Noroeste do Estado do Rio de Janeiro com 273km² de extensão e 188m de altitude, com uma população de área urbana e rural somando 17.158 habitantes, distribuídos pelos Distritos de Porciúncula, Purilândia e Santa Clara.

O Município apresenta produção agrícola (milho, arroz, café, feijão, tomate, pimenta, hortifrutigranjeiro) e agropecuária, esforçando-se por atender à demanda da população, de forma a promover uma educação que se volte em benefício da qualificação destas atividades, através do ensino, com enfoque às peculiaridades locais como, por exemplo, o atendimento à demanda do trabalhador do campo, que anseio uma formação para seus filhos, de forma que possam dar continuidade às ações da agricultura familiar.

O Município em seu aspecto histórico-cultural, teve como desbravador José de Lannes Dantas Brandão, que apesar da resistência dos índios Puri iniciou, por volta de 1822, a colonização do artigo território localizado às margens do rio Carangola. A formação do povo teve sua descendência nos portugueses, italianos, libaneses, índios e negros.

Os Conselhos Municipais de Educação, Tutelar e dos Direitos da Criança e Adolescente garantem o cumprimento ao atendimento e providenciam o atendimento às necessidades básicas da população infanto-juvenil. Os centros conveniados como o CIAME – Centro Integrado de atendimento ao menor excepcional e estabelecem parcerias de trabalho junto à secretaria municipal de educação.

A Biblioteca, o Centro Cultural, a Rádio, o Jornal local fomentam a participação dos alunos frente ao acesso às informações e eventos culturais, ampliando e enriquecendo o processo de ensino e aprendizagem.

História da Educação no Município

Nos primórdios dos desbravamentos e civilização das regiões, instrução e educação eram ministradas por professores particulares em escolas, nas sedes dos arraiais e nas fazendas. Os professores eram pagos pelos pais dos alunos. Havia fazendeiros que contratavam até professores de música e de línguas, geralmente francês que era a língua da moda.

Posteriormente foram criadas escolas públicas mantidas pelo estado e pelo município. Estas e os respectivos professores se sucederam, em Porciúncula, sem maiores novidades.

Com a evolução do arraial apareceram os primeiros colégios. Todos, porém, de efêmera duração. Eloy de Lannes cita de memória, os seguintes: do professor Belmiro Peralta, dos tempos duros do “caroço de milho” (sobre o qual o aluno era obrigado a se ajoelhar) e da “Santa Luzia” (palmatória de madeira com cinco furos que deixa marcas nas palmas das mãos); de dona Sinhá (Maria do Carmo) esposa de Olinto Peixoto Lira; do professor Sebastião Viveiros de Vasconcelos Campos, mais tarde diretor do Liceu de Campos e que dirigia o Colégio juntamente com suas irmãs, Laura e Elvira e também com o professor Mário Fontoura; o Colégio Sagrado Coração de Jesus, dirigido por Cândida Monteiro Pardal, dona Vivica, esposa do farmacêutico, Cândido Pardal, com internato e externato. Foi o que mais tempo durou em nossa comunidade. Prestou relevantes serviços à mocidade e à coletividade porciunculense. Promovia festas e teatro e cuidava, com muito carinho, da educação religiosa, dos alunos. Ainda hoje, muitas senhoras e senhores, em Porciúncula e vizinhanças, se recordam com saudade e gratidão do antigo colégio; os colégios de Bia, dona Maria Lontra (Colégio Spencer), do professor Castro; Ginásio Norte Fluminense, fundado em 1928 com todas as formalidades legais, inserido no Departamento Nacional do Ensino, tendo como fiscal do Conselho Federal, junto ao Colégio, o Dr. Caio Antônio Telles Bardi.

Dessa fase de colégios, o último foi a filial do Ginásio Bittencourt Silva, de Niterói, dirigido pelo professor Sebastião Soares e sua esposa, professora Zeny Bittencourt Soares.

Quase todos estes colégios funcionaram no velho casarão da esquina das Ruas Sebastião Rodrigues França e Duque de Caxias e que foi construído por Antônio Custódio Fernandes, genro de José de Lannes. Era o mais antigo de Porciúncula e foi demolido na década de 80.

A primeira escola oficial, em Porciúncula, foi o Grupo Escolar Orlinda Veiga, fundado há 84 anos atrás. O grande porciunculense idealizador, lutador, que correu atrás, abriu olaria para produzir tijolos, rapidamente, e não mediu esforços para ir ao Governador do Estado, Dr. Raul Moraes Veiga, mostrando assim a necessidade de uma escola primária, em Porciúncula, foi o inesquecível Sr. José Gonçalves Lessa Vieira – “O Grande Acendedor do Lampion da sabedoria” – Este movimento iniciou-se em 1919, acelerou-se em 1920 e a obra foi construída em 20 de maio de 1921. No belo prédio, hoje Fórum, na Praça Raul Veiga, iniciaram-se as aulas do dia 1º de junho do mesmo ano – 1921. Eis a 1ª Escola, em Porciúncula, com instalações adequadas para atender a sedenta população estudantil, com 04 salas, em 3 turnos e sob a Direção de D. Olívia de Matos Lima.

Em 1929, surgiu o Ginásio Norte-Fluminense. Compreendia-se, perfeitamente, a necessidade do ensino secundário, após uma década de oferta de ensino, só primário. Desta vez, sem política, uma plêiade de intelectuais assumiu reforçar e dar sequência ao setor educacional, em Porciúncula, em caráter particular e esta organização educacional marcou a década de 30, visando à formação integral do homem.

Eis o Ginásio Gov. Edmundo Macedo Soares e Silva, em homenagem ao Governador do Estado, na época, que muito colaborou e premiou, com bolsas de estudos, muitos alunos, na abertura do Colégio, que era particular. Foi um marco importante no setor educacional, em Porciúncula, a inauguração do Ginásio, em 09/05/48, que oferecia externato para os ambos os sexos e internato masculino, que abrigou muitos alunos, principalmente, de Minas Gerais: Muriaé, Miradouro, Morro Alto, Recreio, Patrocínio e Eugénópolis.

Destaca-se, também, a criação da Escola Estadual Geraldino Silva em 21/02/54, no Distrito de Purilândia, bem como do Colégio Estadual Deputado Carlos Pinto Filho em 26/10/1960, no Distrito de Santa Clara.

Por volta da década de 50, foram criadas, na Zona Rural, as escolas municipais com professores leigos, que hoje se encontram aposentados dentro do Plano de Carreira do Município segundo informações verbais de uma das professoras aposentadas.

O primeiro Jardim de Infância foi criado oficialmente pelo decreto nº. 7334 de 04/05/61. (D. O. de 05/05/61) e funcionava anexo ao G. E. Orinda Veiga. Mais tarde, o Jardim de Infância, em homenagem póstuma a uma ex-professora do mesmo, passou a denominar-se Jardim de Infância "Carolina Oliveira de Almeida", através da Lei nº. 7208 de 16/07/73 (D.O de 17/07/73).

A cidade continuava a se expandir. O Grupo Escolar Orinda Veiga superlotava de alunos. E para as crianças do bairro João Braz se tornava difícil o acesso à escola. Foi quando a família Braz doou um terreno onde foi criada a Escola João Francisco Braz, reconhecida pelo Decreto 13.850 de 09/01/69, publicado no Diário Oficial de 10/01/69. Com área total de 1.706.05m. Atualmente a Escola Municipal "João Francisco Braz" oferece à comunidade Educação Infantil e Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries, ministrados por professores que não medem esforços para melhorar, a cada dia, o nível de ensino, dignificando, assim, o nome do estabelecimento.

Problemas de caráter financeiro criaram sérias dificuldades ao funcionamento do Colégio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Nem todos os alunos pobres podiam freqüentá-lo. Daí a idéia de conseguir junto ao governo do Estado, a instalação de um Colégio Estadual. Pela portaria nº. 24 (Diário Oficial de 28 de setembro de 1971) do Secretário de Educação e Cultura, Delton de Matos, foi designado o "Professor Ruy Figueiredo Neves para proceder aos estudos preliminares e tomar as providências necessárias à instalação do Colégio Estadual de Porciúncula, criado pela lei nº 6.597 de 71, publicada em 18 de agosto do corrente ano".

A alteração do nome para Colégio Estadual "José de Lannes Dantas Brandão", foi realizada em 13/06/72, cujo nome é em homenagem ao bravo e destemido colonizador de Porciúncula.

O Colégio começou a funcionar com o Ensino de 1º grau (5ª a 8ª série), 2º Grau (habilitação profissional: curso de Formação de Professores, Adicionais de Educação Física, Pré-escolar, Alfabetização e Curso Técnico em Contabilidade).

O Colégio Estadual “José de Lannes Dantas Brandão”, até o final de 1995, funcionava em prédio próprio, situado na Rua Deputado Luís Fernando Linhares, nº. 795. Com a extinção da Secretaria Extraordinária que criou o Projeto CIEP, houve a formulação de todo o sistema, mudando a estrutura de funcionamento do mesmo e, na ocasião, o Colégio situado na rua supracitada foi desativado, ocorrendo sua mudança para o Prédio CIEP – 261, onde funciona até hoje. A mudança foi em parte fruto da racionalização da Municipalização de escolas que integrou todas as turmas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental do 1º Distrito num só Colégio.

Hoje o Colégio Estadual “José de Lannes Dantas Brandão” oferece os cursos de Ensino Fundamental: 5ª a 8ª séries; Ensino Médio: Formação Geral; Curso de Educação para Jovens e Adultos; Curso de qualificação e Informática e Curso de Técnico em Contabilidade.

Finalizando o registro, vale a pena lembrar que, na década de 1980, Porciúncula contava com 48 escolas Estaduais (urbanas e rurais), e 07 escolas Municipais de Zona rural com professores Leigos.

O Sistema Municipal de Ensino passou a se organizar por volta de 1986, tendo como primeira Secretária de Educação - Professora Lucy de Oliveira Ramos que realizou o 1º concurso de ingresso ao Magistério municipal. Posteriormente veio a parceria com o Estado e a Municipalização assumiu quase todas as escolas estaduais rurais do município de Porciúncula.

Em fevereiro de 1988, surgiu o Centro Educacional São José, uma escola particular com uma filosofia de educação baseada nos princípios da Doutrina Cristã, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando na conscientização do dever. Nos dias atuais a escola tem a sua frente na orientação e administração o incansável Padre Alfredo Gualandi oferecendo à comunidade um ensino de qualidade nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental de C.A. à 8ª séries e Ensino Médio.

A população de Porciúncula não parou de crescer e os problemas sociais cada vez aumentavam mais e o governo do Estado investiu trazendo para Porciúncula um CIEP (Centro Integrado de Escola Pública), agora com filosofia diferenciada, com professores jovens, procurando resgatar cada vez mais a criança do seu meio social, para formá-lo como cidadão. Após um semestre de contatos com os Pais e Professores, através de reuniões mensais, no Centro Cultural, desde agosto de 1995 até fevereiro de 1996, atendendo demanda da Comunidade, foi inaugurada a escola particular: Centro Educacional Caminhar II, com ensino de CA à 8 série. Funcionou até o ano de 2004, tendo como Diretoras as Educadoras: Magaly Ferreira Poubel Jardim e Maria Auxiliadora Pena Faria e o corpo docente da cidade e cidades vizinhas.

De “Dedinho Mindinho” a “Sociedade Criarte de Educação Infantil”, funcionando na rua Prefeito Sebastião Rodrigues França, outra escola de Educação Infantil, e agora já contando com as séries iniciais do primeiro seguimento do Ensino Fundamental, e como sua mantenedora temos a Professora Rosita Ferreira e mais um grupo de professores com muita dedicação e responsabilidade, atendeu a clientela até o ano de

O Estabelecimento situado Rua Deputado Luiz Fernando Linhares, onde funcionou o Colégio Estadual José de Lannes Dantas Brandão, desde 1999 abriga o Instituto de Educação Eliana Duarte da Silva Breijão, onde funcionou por algum tempo só com o Ensino Médio na modalidade Normal. Atualmente possui o Ensino

Fundamental anos finais e Ensino Médio, Formação Geral e curso Normal CEJA (Centro de Estudos Jovens e Adultos). É uma escola de qualidade e tem formado muitos professores que hoje são profissionais da rede Municipal de Ensino. Com o objetivo de oportunizar a conclusão de estudos do Ensino Fundamental anos finais e Ensino Médio aos alunos que não o fizeram em idade própria, a Instituição oferece o CEJA- Centro de Estudos de Jovens e Adultos.

No ano de 2005, a família Delorenzi, resolveu investir em educação e iniciou em nossa cidade os "Centro Educacional Barros de Delorenzi" – Colégio Logos, que funcionou com clientela de Educação Infantil a Ensino Médio até o ano de 2008.

A constituição de um Sistema Autônomo educacional, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), foi em 06/04/98, por meio de Decreto nº 703/98 definindo, assim, as normas do Sistema Municipal de Ensino.

Também o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Portaria CEE nº 004, de 24/05 de 1999 dispõe que, de fato e de direito, toma-se, formalmente, ciência da Instituição do Sistema Municipal de Ensino do Município de Porciúncula, constituído em 10/05/98.

Tendo em vista o exposto, surgiu a necessidade de se reativar o Conselho Municipal de Educação criado pela Lei nº 1.132/91 e reformulando pela Lei 1.315/97, que deveria normalizar toda a legislação referente ao Sistema Municipal de Ensino. O conselho constitui-se de 10 conselheiros dentre eles um Presidente e reúne-se na Casa da Educação à Rua Deputado Luiz Fernando Linhares, 330 centro, na sala de sessões "Dora Sinéia Porto Nogueira".

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A) BASES LEGAIS DO REGIME DE COLABORAÇÃO

As metas do Plano Nacional de Educação só serão atingidas se cada município se responsabilizar por alcançar ou ultrapassar as metas nacionais. E como instrumento concreto e operacional para cumprir os objetivos da década da Educação, aqui está o Plano Municipal de Educação – PME.

É fundamental esclarecer que o PME não é um plano do Sistema de Ensino do Município integrado aos planos estadual e nacional de Educação.

Conforme consta na Constituição Federal de 1988 – CF, as decisões políticas sobre a educação escolar são matérias concorrentes dos entes federados, embora tal Lei já disponha abundantemente sobre o assunto do Artigo 205 ao 214 e seja de sua alçada a fixação das diretrizes e bases, o que fez pela lei 9391/96. A autonomia dos entes federados a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, assim como a fixação, para todos, de recursos de impostos constitucionalmente vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE, geram dentre outras conseqüências, a necessidade de planos estaduais e municipais de educação coordenados por um Plano Nacional de Educação.

A Constituição Federal de 1988 definiu competências e instituiu o mandato do Regime de Colaboração.

O PME, embora tenha que prever políticas e fixar objetivos para a educação de todos os munícipes, em todos os níveis, etapas e modalidades, em concreto vai lidar e se responsabilizar somente por demandas e recursos para sua rede atual e futura na educação infantil e fundamental, com ações em curto, médio e longo prazos. Para tanto, nosso Município já dispõem de um Plano de Cargos e Salário o que muito contribui para uma melhor valorização dos profissionais de educação, mantém em ativa os conselhos relativos ao assessoramento da Secretaria Municipal de Educação quais sejam: Conselho Municipal de Alimentação Escolar, FUNDEB – Fundo para o Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, o que possibilitou a instituição do nosso Sistema Municipal de Ensino. É de grande relevância a adoção do Regime de Colaboração, pois torna-se cada vez mais acirrada a integração entre União, Estado e Município no tocante a pelo menos três áreas:

a) na divisão dos encargos

- garantia do Ensino Fundamental de qualidade para toda a população: a oferta do ensino fundamental como direito público subjetivo, onde o FUNDEF muito contribui para o avanço na delimitação dos espaços de atuação do Sistema Municipal de Ensino; na criação de mecanismos de transferências e repasses de escolas, matrículas e recursos;
- merenda escolar: nosso Município vem assumindo integralmente todas as escolas do Sistema Municipal de Ensino e ainda colabora com entidades filantrópicas embora receba recurso suplementar em repasses específicos;
- transporte escolar: um tema conflituoso que requer solução urgente dado o seu elevado custo, sua importância para garantir escola para todos e a implantação da nova concepção de educação do campo.

-

b) no estabelecimento de normas:

- a Constituição Federal (Art. 211, § 4º) determina que os Estados e os Municípios definam normas de colaboração na organização de seus sistemas de ensino;

- o Art. 9º, inciso IV da LDB diz que a União incumbir-se-á de estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, de sorte assegurar que esses níveis de ensino garantam uma formação básica comum;

- à União cabe a articulação dos diferentes níveis e sistemas de ensino e a função normativa, além da redistributiva e supletiva (Art. 8º, § 1º) e aos Estados e aos Municípios, a elaboração de suas normas complementares (Art. 10, V e Art. 11, III, respectivamente).

-

c) no planejamento da educação:

- a LDB é muito explícita e pródiga em referências sobre a colaboração entre os sistemas de ensino no planejamento da educação. Começa incumbindo à União da elaboração do Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (Art. 9º, I);

- em seguida, diz que os Estados têm que elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios (Art. 10, III);

- finalmente, atribui aos municípios a competência de integrar os órgãos e as instituições oficiais dos seus sistemas de ensino às políticas e aos planos educacionais da União e dos Estados;

- a Lei nº 10.172/2001, que institui o Plano Nacional de Educação, determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaborem, com base no PNE, seus planos decenais correspondentes.

B) PLANO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO:

O Município de Porciúncula localizado no Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro faz fronteira com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo. concentrando em grande parte propriedades rurais; conseqüentemente a base de sua economia é atividade agrícola.

As escolas do Sistema Municipal de Ensino estão distribuídas entre seus três distritos quais são:

1º Distrito (sede do município) com perspectivas de crescimento comercial, industrial, despontando o turismo rural, apresenta-se com quatro escolas e uma creche na zona urbana e uma escola na zona rural;

2º Distrito avançando-se na exploração de recursos minerais (pedreiras) conta com duas escolas na zona rural e uma creche na zona urbana;

3º Distrito com vasto empreendimento na produção agrícola (café) possui cinco escolas na zona rural e uma na zona urbana.

Pensando no investimento do potencial de nossos municípios já foram traçadas ações, objetivos e metas a curto, médio e longo prazo pela Secretaria Municipal de Educação.

C) DEMANDA E RECURSOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

A responsabilidade de atendimento do município está limitada pela LDB em seu Art. 11, incisos I e V lembrando, porém do disposto no Art. 5º da mesma lei, em seu parágrafo 1º, incisos I, II e III e ressaltando ainda seu Art. 87, parágrafo 3º ao 5º.

A Secretaria Municipal de Educação possui 2494 alunos distribuídos em 15 escolas mantendo em seu quadro 187 professores atuando desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental regular, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e funcionários de apoio.

Conta ainda com o Centro Integrado de Atendimento ao Menor Excepcional (CIAME) atendendo a portadores de necessidades especiais mantendo em seu quadro os profissionais como fisioterapeuta, psicólogo, psiquiatra, pedagogo, fonoaudiólogo.

LEVANTAMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS PROGRAMAS NACIONAIS DO FNDE/MUNICÍPIO

Programa/Recursos do FNDE	Recursos Próprios da Educação
Merenda Escolar- Recurso da Educação PNAE e PNAC	95% do valor das despesas 5% do valor total das despesas
PNATE Transporte do escolar PATEM	PNATE = 4% Fundef = 66% Recursos Próprios = 20% Recursos dos 10% Educ. Inf = 10%
PNLD = 100%	-----
PDDE = Recursos usado diretamente pelas escolas em despesas de custei	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	Financiamento de programas, projetos e ações do Ensino Fundamental
Educação de Jovens e Adultos (PEJA)	12 cotas
Fundo de Manutenção e Assistência	12 cotas
Social/SAC	

Fonte: SME

RECEITA DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

Constituição Federal, Lei Orgânica = mínimo de 25%

RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS:

FONTES	PERCENTUAL	APLICAÇÃO
ICMS FPM IPI. Exp. ICMS. Des.	15%	60% Remuneração e Valorização 40% Manutenção e Desenvolvimento
ICMS FPM IPI.Exp. ICMS. Des.	10%	Educação Infantil Outras Despesas

RECURSOS PRÓPRIOS MUNICIPAIS 25%

FONTE	PERCENTUAL	APLICAÇÃO
IPVA IPTU ISS	25%	15% Ensino Fundamental 10% Educação Infantil e Outras despesas

Fonte: SME

OBJETIVOS GERAIS, ESPECÍFICOS E PRIORIDADES

Apresentamos abaixo os objetivos gerais e específicos do Município, como também as prioridades estabelecidas para esta etapa inicial de implementação do Plano.

Objetivos gerais do Município:

- melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- elevação global do nível de escolaridade da população;
- redução das desigualdades sociais e regionais quanto ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais;
- garantia do Ensino Fundamental a todos os que não o concluíram em idade própria;
- garantia do Ensino Fundamental obrigatório em nove anos;
- valorização dos profissionais da educação;

- desenvolvimento de sistemas de informação e avaliação em todos os níveis;
- qualificação contínua do ensino em todos os níveis;

Objetivos específicos do Município

- assegurar o atendimento à demanda pelo Ensino Fundamental e a garantia de sua qualidade;
- garantir o acesso e a permanência de todas as crianças de 4 a 5 anos na pré-escolas e de 0 a 3 anos, em número cada vez maior, em creches, assegurando o atendimento de suas necessidades básicas, de âmbito social, motora cognitiva e física;
- promover a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, de forma crescente e gradativa, através de programas de capacitação de docente, de atendimento a crianças e jovens em sala de recurso, parcerias de trabalho com as famílias e instituições especializadas com Centro Integrado de Apoio ao Menor Excepcional – CIAME e adaptação das escolas para acessibilidade;
- associar ao Ensino Fundamental para jovens e adultos, a oferta de cursos básicos de formação profissional;
- estimular os programas através de ações educativas complementares, oferecendo atividades artísticas, culturais, tecnológicas, esportivas, etc;
- apoiar e incentivar a realização de parcerias, visando à implementação de curso de graduação e pós-graduação, bem como de cursos profissionais, de acordo com os anseios e as demandas locais;
- transformar as escolas unidocentes em pluridocentes, buscando a implantação de, pelo menos, quatro séries completas, respeitando as especialidades locais;
- implementar a gestão democrática na Educação do Município;
- garantir as condições adequadas de trabalho aos profissionais de Educação, a saber: tempo para estudo, cursos de capacitação, preparação de aulas, salário digno com pios salarial e carreira de magistério;
- assegurar que dias letivos e as horas-aula estabelecidos em lei sejam ministrado, bem como o cumprimento dos períodos dedicados às atividades complementares;

Considerando os recursos financeiros e a capacidade para responder aos desafios de oferecer uma educação compatível, na extensão e na qualidade pretendida, são apresentadas abaixo as prioridades deste plano:

a) garantia de ensino fundamental obrigatório de nove anos a todas as crianças de 6 a 14 anos, assegurando o seu ingresso e permanência na escola e a conclusão desse ensino.

Essa prioridade inclui o necessário esforço de nosso sistema de ensino para que todos obtenham a formação mínima para o exercício da cidadania e para o usufruto do patrimônio cultural da sociedade moderna. O processo pedagógico será adequado às necessidades dos alunos e corresponderá a um ensino socialmente significativo. Prioridade de tempo integral ou atendimento no turno contrário à educação regular, na medida das possibilidades do município, através da implementação da agenda 21 escolar e outras atividades afins, principalmente para os alunos das camadas sociais menos favorecidas e em situação de risco.

b) garantia de ensino fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram. A erradicação do analfabetismo faz parte dessa prioridade, considerando-se a alfabetização de jovens e adultos como ponto de partida e parte intrínseca desse nível de ensino. A alfabetização dessa população é entendida no sentido amplo de domínio dos instrumentos básicos da cultura letrada, das operações matemáticas elementares, da evolução histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial e da constituição da sociedade brasileira. Envolve, ainda, a formação do cidadão responsável e consciente de seus direitos e deveres.

c) valorização dos profissionais da educação. Particular atenção será dada à formação inicial e continuada, em especial dos professores. Faz parte dessa valorização a garantia das condições adequadas de trabalho, entre elas o tempo para estudo e preparação das aulas, salário digno, com piso salarial e carreira de magistério.

d) desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive educação profissional, contemplando também o aperfeiçoamento dos processos de coleta e difusão dos dados, como instrumentos indispensáveis para a gestão do sistema educacional e melhoria do ensino.

Este Plano Municipal de Educação define, por conseguinte:

- as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação;
- as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino da educação básica e superior;
- as diretrizes para a educação a distância e tecnologias educacionais;
- as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação, nos próximos anos em cumprimento ao plano decenal e em consonância com o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Porciúncula.

III – NÍVEIS DE ENSINO

A – EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Educação Infantil

1.1 Diagnóstico

A educação das crianças de zero a cinco anos em estabelecimentos específicos de educação infantil vem crescendo de forma bastante acelerada, seja em decorrência da necessidade da família de contar com uma instituição que se encarregue do cuidado e da educação de seus filhos pequenos, seja pelos argumentos advindos das ciências que investigaram o processo da criança.

Se a inteligência se forma a partir do nascimento e se há “janelas de oportunidades” na

Infância quando um determinado estímulo ou experiência exerce maior influência sobre a inteligência do que em qualquer outra época da vida, descuidar desse período significa desperdiçar um imenso potencial humano. Ao contrário, atendê-la com profissionais especializados capazes de fazer a mediação entre o que a criança já conhece e o que pode conhecer, significa investir no desenvolvimento humano de forma inusitada.

Hoje se sabe que há períodos cruciais no desenvolvimento, durante os quais o ambiente pode influenciar a maneira como o cérebro é ativado para exercer funções em áreas como a matemática, a linguagem, a música. Se essas oportunidades forem perdidas, será muito mais difícil obter os mesmos resultados mais tarde.

A Educação Infantil vem ganhando cada vez mais prestígio não apenas pelos argumentos econômicos mas porque na base dessa questão está o direito ao cuidado e à educação a partir do nascimento. A educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal.

Além do direito da criança, a Constituição Federal estabelece o direito dos trabalhadores, pais e responsáveis à educação de seus filhos e dependentes, de zero a cinco anos.

O argumento social tem pesado na expressão da demanda e no seu atendimento. Ele deriva das condições limitantes das famílias trabalhadoras, e da renda familiar que é insuficiente para prover os meios adequados para o cuidado e educação de seus filhos pequenos. Sendo assim, a Educação Infantil conquista espaço no cenário educacional como uma necessidade social. Isso, em parte, determina a prioridade que as crianças das famílias de baixa renda terão na política de expansão da Educação Infantil.

Não podemos deixar de registrar que existem creches de boa qualidade em nosso Município, com profissionais de formação e experiência no cuidado e na educação de crianças, que desenvolvem proposta pedagógica de alta qualidade educacional. Existem também, bons materiais pedagógicos e uma respeitável literatura sobre organização e funcionamento das instituições para esse segmento etário. Por determinação da LDB, nossas creches atendem crianças de até três anos, ficando a faixa de 4 a 5 anos para a pré-escola, ambas adotando objetivos educacionais, segundo as diretrizes curriculares nacionais.

Evolução das matrículas das Creches das Redes Municipal e Particular

Ano	Municipal	Estadual	Privada	Alunos atendidos
2000	136			136
2001	95		03	98
2002	142			142
2003	89			89
2004	90			90
2005	119		14	133

Fonte: Censo/INEP – 2005 – Secretaria Municipal de Educação

Ano	Municipal	Estadual	Privada	Alunos atendidos
2008	309		02	311
2009	384		08	392
2010	358		13	371
2011	318		21	339

Evolução das matrículas da Pré-escola nas Redes Municipal e Particular

Ano	Municipal	Estadual	Privada	Alunos atendidos
2000	767		33	800
2001	755		64	819
2002	743		67	810
2003	782		86	868
2004	742		117	859
2005	721		96	817

Fonte: Censo/INEP – 2005 – Secretaria Municipal de Educação

Ano	Municipal	Estadual	Privada	Alunos atendidos
2008	538		97	635
2009	453		77	530
2010	438		72	510
2011	434		63	497

Quanto aos estabelecimentos de Educação Infantil, que atendem crianças na faixa etária até 5anos, Porciúncula, atualmente possui 15 escolas, sendo 13 públicas e 2 particulares. Quanto aos aspectos legais, o Município tem como parâmetro a Deliberação nº 01de 2010 do CMEP (Conselho Municipal de Educação de Porciúncula).

Considerando-se as funções docentes, 100% dos professores possuem habitação mínima para o exercício de docência na Educação Infantil, segundo fontes da Secretaria Municipal de Educação.

As proposta pedagógicas das instituições de Educação infantil estão articuladas às RCNEI – Referências Curriculares Nacionais, atendendo às exigências da LDB e respeitando os seguintes fundamentos norteadores:

- ◆ Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, do respeito e do bem comum;
- ◆ Princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, da crítica e do respeito à democracia;
- ◆ Princípios éticos da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e das diversidades de manifestações artísticas e culturais.

1.2 – Diretrizes

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento pessoal e social da criança, onde a elaboração de propostas educacionais valorizem esta fase da criança no que diz respeito ao seu potencial, suas experiências de vida e atitudes, ressaltando que, a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança.

Considerando e respeitando a pluralidade e diversidade da sociedade brasileira e das diversas propostas curriculares da educação infantil existentes, é imprescindível favorecer o diálogo com propostas e currículos que constroem o seu cotidiano, pois só tem sentido se traduzir a vontade dos sujeitos envolvidos com a educação das crianças, sejam pais, professores, técnicos e funcionários se incorporados no projeto educativo da instituição ao qual estão ligados.

Os responsáveis pelo processo de formação inicial devem levar em conta que ele é apenas o início de uma caminhada que não tem fim. A qualidade que se requer para este momento da educação passa pela formação do profissional dos educadores e não há como desconsiderar que tenham uma qualificação específica prévia, além de uma formação permanente com vistas ao estímulo para uma educação primorosa.

É preciso conscientizar e atualizar os profissionais da Educação Infantil com relação as mudanças que continuamente acontecem no cotidiano, as quais interferem nos primeiros anos de vida de uma criança, quando as diversas áreas do seu cérebro estão em transformação precisando do estímulo para atuarem nesta nova vida.

A Educação Infantil terá um papel cada vez maior na formação da pessoa, no desenvolvimento de sua capacidade de aprendizagem e na elevação do nível de inteligência das pessoas. Sabendo-se que a criança da Educação Infantil necessita de cuidados especiais e permanentes faz-se necessário a organização de um espaço de suplementação e ampliação do ambiente familiar, definindo os procedimentos mais adequados para oferecer às crianças.

O Plano Nacional de Educação determina que a oferta pública de Educação Infantil deve priorizar as famílias de menor renda e que as instituições devem estar, preferencialmente situadas nas áreas de maior necessidade.

As instituições de educação Infantil deverão obedecer aos critérios de infraestrutura mínima estabelecidos pelo Ministério da Educação, assegurando também a aquisição de equipamentos, brinquedos e matérias adequados, viabilizando um trabalho de qualidade.

As propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e do registro de etapas alcançadas nos cuidados e educação para crianças de 0 a 5 anos, "sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental". (LDB, art.31) Essa medida é fundamental para qualificar as propostas pedagógicas e explicitar seus propósitos com crianças de 0 a 3 anos e dos 4 a 5 anos. É evidente que os objetivos serão diferentes para os distintos níveis de desenvolvimento e de situações específicas, considerando-se o estado de saúde, nutrição e higiene das crianças.

No entanto, é através da avaliação, entendida como instrumento de diagnóstico e tomada de decisões, que os educadores poderão verificar a qualidade de seu trabalho e das relações com as famílias das crianças. Nessa perspectiva, a avaliação jamais

deverá ser utilizada de maneira punitiva contra as crianças impedindo o acesso ao Ensino Fundamental. A responsabilidade dos educadores ao avaliar as crianças, a si próprio e a proposta pedagógica, permitirá constante aperfeiçoamento de seu trabalho.

1.3 Objetivos e Metas

1.3.1 Objetivos

1 – Estabelecer parâmetros de qualidade nos serviço de Educação Infantil para referência da supervisão, do controle e da avaliação, dentro das normas emanadas do Conselho Municipal de Educação, nos estabelecimentos públicos e privados, promovendo apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade e a garantia do cumprimento dos padrões estabelecidos pelas Diretrizes Nacionais e Municipais.

2- Garantir a alimentação escolar para as crianças atendidas da Educação Infantil, nos estabelecimento públicos e de forma suplementar, através de colaboração financeira da União.

3- Assegurar para a rede pública municipal o fornecimento de material pedagógico adequado às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional de forma que atendam, em tempo hábil, os padrões mínimos de infra-estrutura propostos por este Plano e definidos pelo respectivo Sistema de Ensino.

4- Implantar Conselhos Escolares e/ou outras formas de participação da comunidade escolar e local para apoiar a melhoria do funcionamento em todas as instituições de Educação Infantil, ampliando as oportunidades educativas e enriquecendo os recursos pedagógicos.

5- Atender às crianças com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular, em creches e pré-escolas, com profissional capacitado, respeitado o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos, também em instituições especializadas, conforme legislação específica.

6- Oferecer o transporte do escolar para as crianças matriculadas em escola da Zona Rural, do Sistema Municipal de Ensino.

1.3.2 – Metas

1 – A partir da vigência deste Plano, ampliar gradativamente, a oferta de Educação Infantil, de forma a atender em cinco anos, a população de até 3 anos de idade, em creches e de 4 e 5 anos de idade na pré-escola, acompanhando o crescimento populacional desta faixa etária, incluindo-se alunos portadores de necessidades educacionais especiais.

2 – Adotar, a partir do primeiro ano de vigência do PME, os padrões mínimos de infra-estrutura que assegurem o adequado às características das distintas faixas etárias e das necessidades do processo educativo quanto a:

- a) Espaço interno, com iluminação, ventilação, visão para o espaço externo, rede elétrica e segurança, água potável, esgotamento sanitário;
- b) Instalações sanitárias e para a higiene pessoal das crianças;
- c) Instalações para o preparo e/ou serviço de alimentação;
- d) Ambiente interno e externo para o desenvolvimento das atividades conforme as diretrizes curriculares e a metodologia da Educação Infantil, incluindo o repouso, a expressão livre, o movimento e o brincar;
- e) Mobiliário adequado e de acordo com as normas de segurança, equipamentos e materiais pedagógicos específicos a cada faixa etária;
- f) Adequação do ambiente às características das pessoas portadoras de necessidades educativas especiais.
- g) Manutenção permanente dos espaços escolares, garantindo à criança espaço arejado e organizado que colabore com a sua permanência de modo prazeroso.

3 – A partir da vigência deste Plano, somente autorizar a construção e funcionamento de instituições de Educação Infantil, públicas e privadas, que atendam aos requisitos de infra-estrutura definidos no item anterior.

4 – Readequar os espaços físicos interno e externo das instituições públicas de Educação Infantil em cinco anos, a partir da vigência deste Plano Municipal de Educação, e articular junto às instituições privadas e conveniadas que ofertam este nível de ensino para que estas, com recursos próprios e no mesmo prazo, também sigam os padrões de infra-estrutura estabelecidos, a fim de proporcionar o desenvolvimento integral da criança.

5 – A partir da vigência deste Plano, a admissão de profissionais educacionais na Educação Infantil do Sistema Municipal de Ensino, acontecerá mediante concurso público, com escolaridade mínima de curso médio na modalidade Normal, ou em nível superior, preferencialmente, Pedagogia, com habilitação em Educação Infantil, ou ainda com Licenciatura em Normal Superior para o nível exigido, atendendo ao previsto na legislação educacional vigente, referente à formação inicial dos profissionais.

6 - Garantir que, em dois anos a partir da vigência deste Plano, o Município de Porciúncula tenha definido sua política para a Educação Infantil, com base nas Diretrizes Nacionais, nas normas complementares do respectivo sistema de ensino e/ou Referências Curriculares Nacionais.

7 – Assegurar que, em três anos, a partir da vigência deste Plano, todas as instituições de Educação Infantil tenham formulado seus projetos pedagógicos dentro das normas do respectivo sistema de ensino, com a participação dos profissionais da educação nelas envolvidos.

8 – Instituir, a partir da implantação deste Plano, mecanismos de colaboração entre os setores de educação, saúde e assistência, na manutenção, expansão, administração, controle e avaliação das instituições de atendimento das crianças de 0 a 5 anos de idade, conforme normas do respectivo sistema de ensino.

9- Possibilitar, periodicamente, cursos para professores da Educação Infantil, garantindo a educação continuada e a constante discussão sobre a prática educativa inclusive para trabalhar com crianças portadoras de necessidades educativas especiais.

2. ENSINO FUNDAMENTAL

Dada abrangência e a importância do Ensino Fundamental para o processo de formação do povo brasileiro, aqui fica muito claro que os assuntos abordados e da forma como estão organizados podem ser utilizados com objetivos diferentes, de acordo com a necessidade de cada momento.

A co-responsabilidade entre todos nesta formação de nove anos, torna possível a reflexão contínua sobre a prática pedagógica e os melhores e mais adequados caminhos que venham a ser trilhados pelos educandos e pelos educadores.

Além de uma formação inicial consistente, é preciso considerar um investimento educativo contínuo e sistemático para que o educando se desenvolva com uma personalidade, ativa, independente e capaz de localizar, no mundo do conhecimento, suas necessidades, ao usar suas capacidades e assim realizar seu potencial.

A ampliação do universo cultural exige novos conhecimentos e uma progressiva conquista de autonomia. O processo de aprendizagem torna-se mais profundo, exigente e formalizado. A etapa do Ensino Fundamental representa a potencialização gradativa do que vai sendo trabalhado do 1º ao 9º ano de escolaridade e marca uma sensível ampliação do mundo do aluno, na medida em que vai tomando contato com vários professores, alargando e diversificando assim, suas experiências escolares.

A aprendizagem da vida, em grupo, também é um dos focos que contempla o enfrentamento da tensão entre as experiências individuais e coletivas e concebe o conhecimento como legado cultural e como resultado de uma conquista pessoal. O processo formativo é pautado em procedimentos que favorecem a tomada coletiva de decisões, a reflexão e o encaminhamento de soluções de conflitos, a discussão de regras de convivência e a gestão de acordos tão necessários à articulação do grupo, dentro de um contexto institucional de convivência.

Nessa perspectiva, a aprendizagem formal sustenta a formação geral do aluno no desenvolvimento da liberdade, da independência e do compromisso com as conseqüências de seus atos.

2.1 Diagnóstico

Os problemas da escola pública brasileira podem ser abordados de diferentes maneiras considerando-se, seja o aspecto histórico, seja o econômico ou social, o político, o cultural ou então analisando-se a organização do sistema de ensino, sua administração, os mecanismos de financiamento, ou mais especificamente, focalizando

os aspectos pedagógicos, os currículos, a carreira e as condições de trabalho dos professores, etc. Entretanto, para a elaboração deste texto tomo-se como referência o Plano Nacional de Educação. Com efeito, tanto na versão apresentada pelo MEC em 1997 quanto na proposta de PNE apresentada no II CONED, também em 1997, assim como no projeto aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, encontramos um amplo diagnóstico dos problemas da educação brasileira, diagnóstico este que é praticamente consensual nos vários documentos.

Segue-se, pois, que a perspectiva do diagnóstico apresentado neste documento mostre algumas soluções para os problemas, a partir das metas de curto, médio ou longo prazo.

Evolução das matrículas dos alunos do Ensino Fundamental das Escolas do Município

Ano	Municipal	Estadual	Privada	Alunos atendidos
2000	1462	1598	161	3221
2001	1486	1600	168	3254
2002	1531	1345	187	3063
2003	1487	1317	214	3018
2004	1451	1294	208	2953
2005	1406	1334	267	3007

Fonte: Censo/INEP - 2005 - Secretaria Municipal de Educação

Ano	Municipal	Estadual	Privada	Alunos atendidos
2008	1589	1054	248	2891
2009	1677	883	270	2830
2010	1681	767	267	2715
2011	1163	48	137	1348

Fonte: Censo/INEP – 2011 – Secretaria Municipal de Educação

Diagnóstico do Ensino Fundamental (1º segmento) das Escolas Municipais

Ano	Orlinda Veiga	João Braz	Mirela Meira	Antonio Ferreira	Antonio Cavalcanti	Dorval	Manoel Moreira	Américo Pirozzi	Dona Verônica	Humberto Erasteiane	São Geraldo	Capitão Henrique	Chácara Boa Vista	Mª Puddó Murucci
2000	737	196	--	85	--	16	38	47	28	22	63	47	26	--
2001	770	176	--	88	--	18	31	55	38	23	64	49	23	--
2002	734	242	--	97	--	12	14	65	34	17	57	62	20	--
2003	804	238	11	88	--	16	12	73	30	18	41	63	15	37
2004	730	257	22	69	15	07	10	64	28	18	47	50	21	71
2005	656	256	65	37	31	03	08	49	30	32	50	62	27	87

Fonte: Censo/INEP

Anos Iniciais

Ano	Orlinda Veiga	João Braz	Mirela Meira	Antonio Ferreira	Antonio Cavalcanti	Dorval	Manoel Moreira	Américo Pirozzi	Dona Verônica	Humberto Erasteiane	São Geraldo	Capitão Henrique	Chácara Boa Vista	Mª Puddó Murucci
2008	580	286	66	49	--	--	14	34	19	29	37	63	14	150
2009	582	241	63	41	--	--	10	35	12	26	33	67	13	172
2010	584	188	65	40	--	--	08	28	07	25	34	65	16	180
2011														

Fonte: Censo/INEP

Anos Finais

Ano	Orlinda Veiga	João Braz	Mirela Meira	Antonio Ferreira	Antonio Cavalcanti	Dorval	Manoel Moreira	Américo Pirozzi	Dona Verônica	Humberto Erasteiane	São Geraldo	Capitão Henrique	Chácara Boa Vista	Mª Puddó Murucci
2008	173	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	69
2009	254	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	114
2010	313	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	107
2011	300	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	126

Fonte: Censo/INEP

Diagnóstico do Ensino Fundamental: Estadual e Particular, por Escola

Ano	C. E. José de L.D. Brandão	I.E.Eliana D. da S. Breijão	E. E. Geraldino Silva	C.E. Dep. Carlos P. Filho	C. E. São José	CRIART	C. E. Caminhar	Colégio Logos
2000	1509	343	246	376	109	---	102	---
2001	1619	361	269	350	135	32	99	---
2002	1712	281	258	423	159	29	94	---
2003	1429	1352	233	423	203	36	89	---
2004	1548	921	220	460	184	62	---	---
2005	1186	1171	220	427	193	42	---	190

Fonte: Censo/INEP/SME

Diagnóstico do Ensino Fundamental: Estadual e Particular, pó Escola Anos Iniciais

Ano	C. E. José de L.D. Brandão	I.E.Eliana D. da S. Breijão	E. E. Geraldino Silva	C.E. Dep. Carlos P. Filho	C. E. São José	Centro Educacional Elo
2008	-	-	67	37	83	72
2009	-	-	80	-	88	85
2010	-	-	78	-	82	95
2011	-	-	48	-	-	-

Fonte: Censo/INEP/SME

Diagnóstico do Ensino Fundamental: Estadual e Particular, pó Escola Anos Finais

Ano	C. E. José de L.D. Brandão	I.E.Eliana D. da S. Breijão	E. E. Geraldino Silva	C.E. Dep. Carlos P. Filho	C. E. São José	Centro Educacional Elo
2008	351	267	74	258	93	-
2009	273	248	69	213	84	13
2010	221	230	51	187	70	20
2011	235	302	53	198	75	22

Fonte: Censo/Inep/SME

2.2 Diretrizes do Ensino Fundamental

Falar do ensino fundamental desde o interior da sala de aula é a meta desta proposta. Todos os componentes de um grupo são portadores, herdeiros e produtores de cultura e cada grupo, por sua vez tem seus traços característicos, ou seja, a sua própria cultura.

A educação tem, assim, a responsabilidade de transmitir e perpetuar a cultura, e a escola é a instituição oficialmente encarregada de organizar, selecionar, decantar, adaptar os elementos dessa cultura, para serem transmitidos às novas gerações.

O grande desafio da escola pública está em garantir um padrão de qualidade para todos e, ao mesmo tempo, respeitar a diversidade local, étnica, social e cultural.

Enfim, trata-se de construir uma escola pública universal para todos, unificada, mas que respeite as diferenças locais e regionais a multiculturalidade. Portanto, o nosso desafio educacional continua sendo educar e ser educado.

A escola cidadã é certamente um projeto de criação histórica. Trata-se, nesse sentido, de tentar captar, no seu dia-a-dia da escola, aqueles elementos que reproduzem a desigualdade e os que poderiam trabalhar a favor de uma escola democrática, de inclusão e não de exclusão buscando a transformação da realidade do fracasso escolar.

É necessário, portanto, uma reforma no pensamento. Hoje, o contexto de todo conhecimento político, econômico, antropológico e ecológico é o próprio mundo. Esse conhecimento tornou-se uma necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital. Trata-se de um problema que se apresenta a todo cidadão: ter acesso às informações sobre o mundo e conseguir articulá-las e organizá-las. Para isso, é fundamental um diálogo ecumênico entre as várias disciplinas científicas. Esse diálogo pode promover a interação e a interpretação entre elas, indo desde a simples comunicação das idéias até a integração mútua dos princípios, conceitos e metodologias.

A participação na gestão da escola proporcionará um melhor conhecimento do funcionamento da escola e de todos os seus atores. Propiciará um contato permanente entre professores e alunos, um conhecimento mútuo e, em consequência, aproximará também as necessidades dos alunos e dos conteúdos ensinados pelos professores.

A autonomia e a participação pressupostos do Projeto Político Pedagógico da escola, não se limitam à mera declaração de princípios pedagógicos da escola não se limitam à mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença precisa ser sentida no conselho de escola ou colegiado e também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, atividades cívicas, esportivas e recreativas.

Levar em consideração os aspectos socioculturais de nossos alunos é reconhecer o repertório de conhecimento que têm construído durante toda a vida. Esse acervo de conhecimento vai permitir a compreensão de cada novo objeto de conhecimento.

A adoção de um ensino obrigatório de nove anos iniciando aos seis anos de idade pode construir para uma mudança na estrutura e na cultura escolar com o objetivo de assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla.

A implantação progressiva do Ensino Fundamental de nove anos, com a inclusão das crianças de seis anos, deve se dar em consonância com a universalização do

atendimento na faixa etária de 07 aos 14 anos. Ressalta também que esta ação requer planejamento e diretrizes norteadoras para o atendimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, além de metas para a expansão do atendimento, com garantia de qualidade. Essa qualidade implica assegurar um processo educativo, respeitoso e construído com base nas múltiplas dimensões e na especificidade do tempo da infância, do qual também fazem parte as crianças de sete e oito anos.

As orientações pedagógicas, por sua vez, estarão atentas a essas características para que as crianças sejam respeitadas como sujeitos do aprendizado, pois nessa fase, vivem um momento crucial de suas vidas, no que se refere a construção de sua autonomia e de sua identidade.

Levar em consideração os aspectos socioculturais de nossos alunos é reconhecer o repertório de conhecimentos que têm construído durante toda a vida. Esse acervo de conhecimento vai permitir a compreensão de cada novo objeto de conhecimento.

A crescente importância da ciência no mundo tem reforçado a ideia da necessidade de um alfabetismo científico, de forma que o indivíduo participe como cidadão em uma sociedade cada vez mais tecnológica e informatizada.

O ensino proposto pela LDB está em função do objetivo maior do ensino fundamental, que é o de propiciar a todos formação básica para a cidadania, a partir da criação na escola de condições de aprendizagem para:

- ◆ o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- ◆ a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

- ◆ o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e formação de atitudes e valores;

- ◆ o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”(art. 32).

Fica claro que temos três grandes movimentos adiante: alfabetizar o Município, implantar cursos de graduação e pós-graduação e investir nos programas de inclusão social. Esses movimentos serão realizados por intermédio de seis pilares:

- ◆ valorização, formação e motivação de todos os nossos professores;
- ◆ universalização nos mais variados níveis e modalidades de ensino;
- ◆ recuperação, manutenção e ampliação das escolas;
- ◆ manutenção e ampliação do transporte escolar;
- ◆ informatização do sistema escolar;
- ◆ estímulo a programas educativos ligados à arte, música e artes plásticas associados ao combate às drogas e a violência.

2.3 Objetivos e metas

1 – Garantir a oferta do Ensino Fundamental, visando o acesso, a permanência e avanços progressivos de todas as crianças e jovens na escola, sob a responsabilidade de cada mantenedora, com a colaboração do Estado e da União.

2– Assegurar a revisão permanente do Projeto Político Pedagógico em observância das diretrizes curriculares para o Ensino Fundamental, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e das normas legais do Sistema Municipal de Ensino.

3 – Propor as Secretarias de Saúde e Ação Social e demais áreas afins, desenvolvimento de projetos de promoção social junto às famílias, favorecendo a qualidade da aprendizagem escolar e a redução no índice de evasão e de repetência.

4– Debater e avaliar, a partir da implantação deste Plano, outras formas de organização do Ensino Fundamental, conforme previsto na legislação vigente (ciclos, seriação e outras formas), priorizando a qualidade do ensino-aprendizagem.

5 – Prover as escolas de obras básicas literárias, científicas e de referência, com amplo acesso aos alunos e professores.

6 – Buscar mecanismos que viabilizem recursos financeiros às escolas da rede pública municipal para o desenvolvimento de projetos de formação continuada aos profissionais que nela atuam, em conformidade com a mantenedora e normas do respectivo sistema de ensino.

7 – Garantir, com a colaboração da União e do Estado, o provimento da alimentação escolar, assegurando os níveis calórico-proteicos por faixa etária, cabendo ao município garantir aquisição, armazenamento e distribuição da sua merenda escolar.

8 – Assegurar a complementação, por parte do Município, acima dos recursos mínimos do PNAE, garantir o fornecimento de uma refeição completa para os educandos das escolas da rede pública municipal que desenvolvem projetos complementares em regime de contraturno escolar.

9 – Garantir, no Projeto Político Pedagógico das unidades de ensino, a oferta de conteúdos de Educação Ambiental, Educação para o Trânsito bem como outros temas contemplados pela legislação vigente, a serem desenvolvidos como prática educativa integrada, contínua e permanente.

10 – Assegurar, através da mantenedora, formação continuada aos integrantes da APM Associações de Pais e Mestres, das APEF – Associação de Pais, Educadores e Funcionários e também dos Conselhos Escolares.

11 – Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaço de participação e exercício da cidadania, sem que isso interfira no desenvolvimento dos processos de aprendizagem, tão necessários na fase da evolução dessa faixa etária.

12 – Assegurar o atendimento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, das séries iniciais do Ensino Fundamental nas salas de recursos de todas as escolas municipais bem como apoiar o Estado com este programa nas séries finais do Ensino Fundamental.

13 – Manter e consolidar o programa de avaliação e escolha do livro didático nas escolas da rede pública municipal, com a participação de professores e equipe pedagógica, buscando qualidade e unidade dos títulos.

14 – Implementar e articular programas, através dos meios de comunicação de massa, visando esclarecer e conscientizar a comunidade escolar sobre os temas relacionados ao bem-estar social, política, cultura, saúde, entre outros, sem ônus para a Secretaria de Educação.

15 – Assegurar e implementar a classificação e/ou reclassificação aos alunos do Ensino Fundamental para a adequação idade/série, na própria unidade de ensino, juntamente com a mantenedora, respeitando seu nível de conhecimento, dentro das normas do respectivo sistema de ensino.

16 – Assegurar e implementar a classificação e/ou reclassificação dos alunos que apresentarem níveis de conhecimento elevado, tendo como critério o conhecimento e não a idade, conforme normas legais.

17 – Atender os alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino, com profissional especializado, respeitado o direito a atendimento adequado em seus diferentes aspectos, também em instituições especializadas, conforme legislação específica.

18 – Oferecer o ensino de Língua Estrangeira aos alunos do Ensino Fundamental da rede pública municipal.

19 – Proporcionar a prática de Educação Física para alunos do Ensino Fundamental da rede pública municipal, visando à melhoria do desenvolvimento psicomotor dos educandos provendo as escolas de profissionais capacitados para essa prática.

20 – Desenvolver sistema de avaliação que possam monitorar o desempenho e a qualificação dos alunos nas diversas séries, assim como proceder a censos escolares regulares que orientem, através da quantificação e análise de dados, rumos das diversas políticas educacionais.

21 – Criar em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde e Ação Social, equipes multidisciplinares para atender às escolas da rede pública municipal.

2.3.2 – Metas

1 – A partir da vigência deste Plano Municipal de Educação exigir que, para a admissão de professores do Ensino Fundamental – séries iniciais, tenham a habilitação mínima prevista na legislação nacional vigente.

2 – Reorganizar o fluxo escolar, com significativa melhora nos dados da distorção idade x série, a partir da redução em 50%, em três anos, das taxas de repetência e evasão ora registrados, por meio de programas de apoio, de aceleração e de recuperação

paralela ao longo do curso, sem que isso signifique perda na qualidade do processo de aprendizagem.

3 – Definir, implementar e assegurar de forma gradativa, no prazo de 5 anos a partir da implantação deste Plano, padrões mínimos de infra-estrutura adequados para o Ensino Fundamental público, em regime de colaboração entre Município e Estado, observando os seguintes itens:

- a) espaço, iluminação natural e artificial, ventilação, água potável, rede elétrica, segurança e temperatura ambiente;
- b) instalação sanitária e para higiene; conforme a faixa etária.
- c) espaços para esporte, recreação, biblioteca, refeitório, almoxarifado e depósito para a merenda escolar;
- d) adaptação dos edifícios escolares para o atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais .
- e) atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
- f) mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos;
- g) telefone e serviço de reprodução de textos;
- h) informática e equipamentos multimídia para o ensino;
- l) manutenção de todos os equipamentos com profissionais capacitados;
- j) projeto arquitetônico de construção e ampliação escolar, apresentado, analisado e discutido com a comunidade escolar, adequado às necessidades locais e autorizado, em conformidade com a legislação vigente.
- k) padrões pedagógicos de qualidade;
- l) possibilitar ao profissional atuação na área de sua formação.

4 – A partir da vigência deste Plano, somente autorizar a construção e o funcionamento de novas escolas públicas observando-se os padrões mínimos de infra-estrutura definidos pelo respectivo sistema de ensino e demais normas vigentes.

5 – Promover a participação da comunidade na gestão das escolas, universalizando, em dois anos, a instituição de conselhos escolares ou órgãos equivalentes.

6 – Integrar recursos do poder Público destinados à política social, em ações conjuntas da União e do Estado, para garantir entre outras metas, a Renda Mínima Associada a Ações Sócio-educativas para as famílias com carência econômica comprovada.

7 – Prover de transporte do escolar conforme Plano de Trabalho da Secretaria Municipal de Educação com a colaboração da União, do Estado e do Município, de forma a garantir a escolarização dos alunos.

8 – Ampliar, progressivamente, a jornada escolar visando a expandir o tempo de permanência na escola para período integral, com previsão de professores e funcionários em número suficiente, estabelecendo os critérios, defendendo como prioridade o atendimento, preferencialmente, para as crianças das famílias de menor renda, com no mínimo duas refeições e, quando possível, o desjejum; apoio às tarefas

escolares, à prática de esportes e às atividades artísticas, inspirando nos modelos vinculados a programas de ações sócio-educativas.

9 – Garantir formas mais flexíveis de organização escolar para a educação do campo nas escolas públicas municipais, assegurando formação continuada ao professores, considerando a especificidade do educando e as exigências do meio.

10 – Assegurar, junto às instâncias pertinentes, discussões e encaminhamento quanto a procedimento e tomadas de decisões, nos casos de alunos que apresentarem situações que ultrapassem a competência da unidade escolar.

11 – Proceder, através de censo educacional, a cada dois anos a partir da vigência deste Plano, o mapeamento das crianças que estão fora da escola, por bairro ou distrito de residência ou locais de trabalho dos pais, visando a localizar a demanda e universalizar a oferta do ensino obrigatório, provendo a constituição de uma equipe para realização do mesmo.

12 – Elaborar programas de ações educativas complementares, visando a prevenir a criança e o adolescente do risco de rua, num prazo de dois anos.

3. ENSINO MÉDIO

No mundo contemporâneo, o papel do Ensino Médio na vida dos alunos torna-se cada vez mais decisivo. Nesta etapa da vida escola, os adolescentes se preparam para desafios que consolidam valores e atitude, elaborando projetos de vida que encerram um ciclo de transformações, no qual se instrumentam para assumir as responsabilidades da vida adulta.

O sistema de ensino para esta faixa etária, se caracteriza, então, pela simultaneidade entre os rigorosos objetivos e flexibilidade no atendimento ao desenvolvimento de cada indivíduo, como deve ser qualquer projeto educativo moderno, que se dedique a formar cidadãos para a vida real. Desta "vida real" fazem parte os desafios do mundo do trabalho, a responsabilidade social e a formação da personalidade.

O Ensino Médio, definitivamente, representa uma das fases mais importantes da educação formal. O que torna essa etapa especial é sua condição de interface entre o aluno adolescente e o jovem cidadão, pleno de projetos, já começando a viver as prerrogativas e as conseqüências da vida adulta. O Ensino Médio é tempo de experiências que serão a base para as futuras escolas e decisões. Isso só faz aumentar a relevância da escolha de uma formação que tenha clareza desses desafios e que possa conjugar, harmonicamente, informação e desenvolvimento de habilidades e competências, reflexão teórica e produção, preparação para o exercício de cidadania e para a universidade, educação para o mundo do trabalho e, principalmente, para a realização pessoal e a atuação social solidária, em suas múltiplas faces.

Em síntese, cabe à escola formar cidadãos informados, dotar os jovens de múltiplos recursos e batizá-los com senso de responsabilidade social, para ampliar suas possibilidades de transformação do espaço social.

3.1 – Diagnóstico

Evolução das matrículas dos alunos do Ensino Médio no Município

Ano	Alunos atendidos	Municipal	Estadual	Privada
2000	808		808	
2001	954		954	
2002	707		707	
2003	739		739	
2004	1012		1012	
2005	1288		1222	66

Fonte: Censo/Inep – 2006 – Secretaria Municipal de Educação

Ano	Alunos atendidos	Municipal	Estadual	Privada
2008	5433	2617	2445	371
2009	4981	2355	2242	384
2010	5674	2622	2673	379
2011	4861	2499	1930	432

Fonte: Censo/INEP – 2011 – Secretaria Municipal de Educação

Considerando o processo de modernização em curso no mundo inteiro, o Ensino Médio neste município, como em qualquer outro lugar, tem um importante papel a desempenhar tanto nos países desenvolvidos quanto nos que lutam para superar o subdesenvolvimento, a expansão do Ensino Médio pode ser um poderoso fator de formação para a cidadania e de qualificação profissional.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, a educação Básica passou a unificar os três níveis da educação escolar nacional: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Na esteira deste entendimento, o ensino médio passou a ser considerado a etapa final da Educação Básica.

No Ensino Médio de nosso Município temos os cursos: Formação Geral, o Técnico em Contabilidade, o Curso Pós Médio de Informática e o Curso Normal Médio, distribuídos em várias Unidades de Ensino.

3.2 – Diretrizes

O Ensino médio passa integrar a etapa do processo educacional que a Nação considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos da educação e para o desenvolvimento pessoal, referido à sua plena inserção nela, ou seja, que “tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação

comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art 22, Lei 9.394/96).

A formação do aluno do Ensino Médio deve Ter como alvo principal a aquisição de conhecimentos básicos, a preparação científica e a capacidade de utilizar as diferentes tecnológicas relativas às áreas de atuação para que ao final do curso possa sentir-se parte integrante da sociedade posicionando-se diante de temas polêmicos, argumentando e fazendo críticas produtivas sobre assuntos com relevância social, no que concerne a necessária intervenção ética humana.

O ensino médio tem grandes desafios a vencer em relação à formação e ao trabalho dos professores, no avanço de programas, no currículo e na redefinição dos objetivos de ensino e aprendizagem, principalmente para um País em aprendizagem, principalmente para um País em processo de desenvolvimento.

O ponto de partida para modificar este quadro é sermos todos capazes de reconhecer que há algo errado e que precisamos contribuir para mudar.

Precisamos reconhecer que é imprescindível a existência, na rede pública, de uma orientação curricular que estimule a discussão sobre as questões da Educação Básica e aponte saídas para algumas situações problemáticas.

O município de Porciúncula em parceria com o governo do Estado vem investindo esforços para garantir não somente o acesso, mas principalmente, a permanência com qualidade, dos jovens, e adultos, no Ensino Médio, tanto no período diurno quanto no noturno.

3.3.Objetivos e Metas

As metas e objetivos, aqui propostos, buscam no âmbito municipal a articulação e a reflexão dos administradores públicos (União, Estado e Município), dos gestores, dos profissionais da educação e das instituições envolvidas, visando melhor qualidade de ensino e compromisso com a expansão da oferta e ampliação das condições de acesso a este nível de ensino à população do município.

3.3.1 – Objetivos

- 1 – Incentivar ações que visem o atendimento de 100% da demanda do Ensino Médio em escolas do Município.
- 2- Estimular a ampliação para o desenvolvimento de cursos profissionalizantes, integrados ao Ensino Médio e subsequente ao Ensino Médio.
- 3– Apoiar os Conselhos Escolares ou equivalentes, para incentivar a participação da comunidade na gestão, na manutenção e na melhoria das condições de funcionamento das escolas.
- 4 – Apoiar e incentivar as organizações estudantis, como espaços de participação e exercício da cidadania.

5 – Promover programas que efetivamente integrem os portadores de necessidades especiais nas unidades escolares, no mercado de trabalho, na sua inclusão social enquanto cidadão, em parceria com estabelecimentos particulares e estaduais.

6 - Incentivar, o desenvolvimento de projetos que enfoquem o teatro, a banda rítmica, a música, os esportes, a valorização da cultura local e o resgate dos trabalhos artesanais, monitorados por profissionais habilitados através das mais diversas parcerias.

7- Incentivar a troca de experiências junto às escolas que ofertam Ensino Médio, para que estas elaborem, implementem e executem suas propostas pedagógicas, buscando a construção de sua própria identidade.

3.3.2 – Metas

1 – Promover, gradativamente, uma política de expansão da Rede de Ensino do Município, que assegure a oferta de vagas no Ensino Médio, respeitando as características dos alunos.

2– Articular, a partir da vigência do P.M.E., medidas que assegurem a oferta de vagas diurnas e noturnas para atendimento do alunos que trabalham.

3- Assegurar, junto aos órgãos competentes que , a partir da vigência deste P.M.E., somente seja permitida a criação de Ensino Médio em escolas que apresentem os padrões mínimos de qualidade, cuja localização deverá ser previamente discutida com a comunidade escolar e respectivo Sistema de Ensino, no sentido de atender à demanda existente.

4 - Articular no prazo de dez anos, junto ao Estado, a possibilidade de ofertar Ensino Médio em todas as escolas localizadas no campo, para atender a demanda de alunos que não concluem esta etapa da Educação Básica.

5 - Garantir no prazo de cinco anos, a oferta de oficinas profissionalizantes procurando atender tanto a tendência vocacional dos jovens, como as atividades econômicas da região onde as escolas estão situadas.

6 - Garantir o acesso e permanência dos alunos na escola, especialmente dos residentes na Zona Rural, promovendo melhoria nas condições do transporte escolar, a partir da vigência do P.M.E.

7- Garantir no prazo de dez anos, condições de funcionamento do Ensino Médio, com determinação de verbas para: compra de livros e materiais de pesquisa, instrumentação e manutenção dos laboratórios de Biologia, Química, Física, Línguas, Artes, Geografia e outras áreas.

8 - Assegurar que em cinco anos, 50% das escolas estejam equipadas, pelo menos, com biblioteca, telefone e reproduzidor de textos e computador.

9- Criar mecanismos que garantam, nas escolas de nível médio, equipamentos de informática para a modernização, apoio e melhoria do ensino e da aprendizagem, após a aprovação do Plano.

10- Prever meios de participação dos docentes do Ensino Médio em programas de formação continuada, tanto em palestras como cursos, a partir da vigência do P.M.E.

B – EDUCAÇÃO SUPERIOR

4. Educação Superior

A complexidade própria da Educação Superior e a vitalidade duramente constituída dos parques universitários, com seus patamares muito exíguos das matrículas, em especial no Ensino Superior público, a dificuldade de contar com políticas de médio e longo prazo, e o crescimento desordenado do sistema privado, atestam, entre outros fatores, a amplitude dos problemas em jogo.

Estamos, certamente, diante de efetivações de mudanças de porte, que incidam sobre a Educação Superior como um todo e que, mais especificamente, viabilizem as condições para o fortalecimento duradouro das instituições públicas de ensino superior. Por outro lado, é de se esperar que surjam propostas sobre novas formas de interação entre a universidade e a sociedade, respeitadas, simultaneamente, a identidade das instituições de ensino e as demandas sociais.

Reconhecendo o papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, é um dos níveis da educação formal, ministrada em institutos de Educação Superior (IES) públicas e privadas, e tem por finalidade, conforme estabelecido e seu artigo 43°:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar e diplomar pessoas nas diferentes áreas do conhecimento, tornando-as aptas para a inserção em setores profissionais e para participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, propiciando-lhes ainda formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e de investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento sobre o homem e o meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a conseqüente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento da cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

- prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com ela relações de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participar da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica, geradas na instituição.

É preciso reafirmar a Educação Superior contra a volatilidade dos governos e abrigada em medidas de longo prazo. Se pensada de forma associada a outras políticas de longo prazo, a Educação Superior estará sendo considerada bem público inegociável e componente decisivo do planejamento nacional.

Pensamos a Educação Superior como um sistema educacional, com as instituições públicas atuando como referência, que possibilite tratar, de forma orgânica e integrada, a diversidade de tipos e perfis institucionais situados nesse nível de ensino e que busque fazer com que este atinja padrões de qualidade sempre mais avançados e atue de acordo com o interesse público.

4.1 – Diagnóstico

O Município de Porciúncula não possui Instituição de Ensino Superior presencial, os estudantes de nossa comunidade se deslocam para cidades vizinhas em busca de formação em nível superior, graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado. Os cursos de maior preferência são: Direito, Enfermagem, Pedagogia, Educação Física, etc. Através da Associação Estudantil de Porciúncula, o transporte é viabilizado em parceria com a Prefeitura Municipal que repassa uma parcela de valores, garantindo, assim transporte de boa qualidade e com preço acessível a quase todos os estudantes de nossa comunidade.

Com a implantação no Município da Universidade Virtual Milênio, uma parceria da Prefeitura Municipal de Porciúncula com FAEL (Curitiba) e a UNITINS (Tocantis). Serão oferecidos os seguintes cursos: Normal Superior (FAEL), Ciências Contábeis (UNITINS), Serviço Social (UNITINS) e Pedagogia (FAEL). Os cursos serão ministrados On Line na Escola Municipal Orlinda Veiga, que possui infra-estrutura básica e adequada para o funcionamento dos mesmos.

Para buscar o aperfeiçoamento e promover o conhecimento de maneira mais eficaz o município, viabilizou ainda cursos de especialização através de uma parceria com a Universidade Castelo Branco e o IESDE (Inteligência Educacional e Sistema de Ensino), oferecendo os cursos de Gestão Escolar, Educação Infantil, Educação Inclusiva e Psicopedagogia Institucional.

Sob o ponto de vista da comunidade rural porciunculense, em relação a Educação Superior, por sua base de sustentação, a população rural solicita implantação de Curso Superior em áreas afins.

4.2 – Diretrizes

Quando se inicia um novo milênio, todos somos obrigados a pensar a respeito do ensino, da pesquisa e da extensão, vias através das quais os conhecimentos devem ser transmitidos aos jovens, aqueles que terão a responsabilidade de construir um mundo melhor.

Uma Educação Superior de qualidade deve manter seu compromisso com a pesquisa básica e aplicada, não só como matriz multiplicadora de conhecimentos, mas também como elemento ativo na definição de linhas de pesquisa compatíveis com os interesses da Instituição, com as peculiaridades regionais e com as aspirações da sociedade.

Entre os mecanismos facilitadores para a implementação das pesquisas que alcançam professores e alunos podem ser citados a Iniciação Científica, Convênios e acordos com várias outras Instituições Públicas e Particulares.

A Instituição de Educação Superior deve assegurar maior flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos.

Entende-se que as novas diretrizes curriculares devem contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Devem também pautar-se pela tendência de redução da duração da formação ao nível de graduação. Devem ainda promover forma de aprendizagem que contribuam para reduzir a evasão, como a organização dos cursos em sistema de módulos. Devem induzir a implementação de programas de iniciação científica nos quais o aluno desenvolva sua criatividade e análise. Finalmente, devem incluir dimensões éticas e humanísticas, desenvolvendo no aluno atitudes e valores orientados para a cidade.

Os cursos de graduação não devem atuarem apenas como mero instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional. Visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes.

4.3 – Objetivos e Metas

4.3.1 – Objetivos

1 – Promover, através de parcerias, a implantação de cursos superiores de Educação à Distância, para serem utilizados com o objetivo, inclusive, de ampliar as possibilidades de atendimento da formação continuada.

2 - Discutir e propor junto aos Institutos de Ensino Superior - IES, a inclusão de disciplinas nas matrizes curriculares de todos os cursos de formação de docentes, temas referentes à Educação do Campo, à Educação de Jovens e Adultos, à Educação Infantil, à Educação Especial, ao Meio Ambiente, entre outros temas relacionados à problemática local.

3 - Solicitar junto aos Institutos de Ensino Superior - IES a participação de profissionais da educação da rede municipal em projetos comuns de pesquisa e extensão, tais como os que tratam de Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Informática Educacional, Educação no Campo, dentre outros, em níveis de graduação e pós-graduação.

4 - Favorecer, através do Poder Público, a implantação de cursos pré-vestibulares, em parceria ou através de incentivos à rede privada, possibilitando infra-estrutura adequada e disponibilizando profissionais para um efetivo desenvolvimento do mesmo.

5 – Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso à Educação Superior, através de programas de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes desta forma, competir em igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino.

6 – Estabelecer um amplo Sistema Interativo de Educação à Distância, utilizando-o inclusive, para ampliar as possibilidades de atendimento nos cursos presenciais, regulares ou de educação continuada.

7 – Envidar esforços no sentido de se implantar um Instituto Superior de Educação no Município.

4.2.2 Metas

1 – Realizar, a partir da aprovação do Plano, pesquisas para o levantamento de dados concretos sobre a importância e a viabilidade de implantação de uma Instituição de Educação Superior no Município, promovendo debates com a participação da comunidade como um todo, levando o assunto à discussão onde todos os pontos críticos sejam levantados e debatidos.

2 – Discutir, a partir da aprovação do Plano, junto aos IES, formas de assegurar o ingresso e a permanência em cursos de Educação Superior, das pessoas com necessidades especiais, provendo profissionais nas diversas áreas, de acordo com a demanda, adequando o espaço físico, realizando adaptações curriculares, avaliação diferenciada, entre outros, conforme previsto na legislação vigente.

3 – Estimular, a partir da aprovação do Plano, aos IES a identificarem, na Educação Básica, estudantes com altas habilidades intelectuais entre a população de renda mais baixa, com vistas a oferecer bolsas de estudo e apoio para prosseguimento dos seus estudos.

III – MODALIDADES DE ENSINO

5. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Educação para Todos transcende a idade. É o alicerce da aprendizagem permanente e é um elemento chave da aprendizagem inter gerações, incluindo crianças e adultos, meninas e meninos, mulheres e homens, áreas rurais e urbanas no Sul e no Norte.

Educação para Todos implica assegurar níveis efetivos e sustentáveis de aprendizagens básicas, o que supõe, por sua vez, promover condições e oportunidades adequadas para usar e desenvolver competências no contato com: a família, a comunidade, o lugar de trabalho, o sistema escolar e os meios de comunicação.

Educação para Todos implica políticas ativas e esforços coletivos não somente para instrução, mas também, para que as pessoas e grupos façam uso significativo do conhecimento como meio de expressão e aprendizagem permanente.

5.1 Diagnóstico

Em Porciúncula, segundo o Censo do IBGE (2008), estimou-se uma população residente de aproximadamente 18000. Na faixa etária de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo é de 1875 pessoas correspondentes ao percentual de 16,1% da população estimada.

A pouca informação de dados reais dos índices de analfabetismo, dificulta a adoção de ações articuladas para a oferta de Educação de Jovens e Adultos. Ressalta-se que é preciso investir mais no registro e na pesquisa da oferta e da demanda em Educação de Jovens e Adultos, de forma a contribuir para um conhecimento mais detalhado e preciso desta realidade. No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos tem sido ofertada tanto pela rede pública de ensino, nas instâncias federal, estadual e municipal, e ainda iniciativa da própria sociedade civil organizada, onde se incluem as ONG's, os movimentos sociais, sindicais e eclesiais e vem sendo ofertada também sob as formas de Ensino Fundamental e Médio, em período noturno.

Com relação à Educação de Jovens e Adultos ofertada em Porciúncula, segundo os dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, em 2004 foram matriculados na Educação de Jovens e Adultos, nos anos iniciais na forma presencial, 66 alunos.

No ano de 2005, a Prefeitura Municipal de Porciúncula firmou convênio com a FIRJAM e através de SESI, foram matriculados 975 alunos jovens e adultos no PRO-IDH Brasil Vertente Alfabetização.

5.2 – Diretrizes

Ler e escrever constitui, hoje, uma demanda social que precisa mais do que nunca ser re-significada e atendida pela escola. No que diz respeito à educação de jovens e adultos, isso se torna mais evidente, por isso precisamos rever alguns pontos que necessitam serem melhores investigados.

Essa discussão, com todos os seus desdobramentos, é fundamental nos processos de escolarização de mulheres e homens jovens e adultos (as), uma vez que levanta questões específicas que atingem sua visão de mundo, suas relações sociais, familiares, profissionais e sua ação no cotidiano, ampliando a capacidade de reflexão.

Nesse contexto, a necessidade de fortalecer a auto-estima e a construção da identidade dos sujeitos que dela participarem, cuja educação regular foi negada ou frustrada por sucessivas reprovações e evasões, o processo de escolarização de jovens e adultos deve representar uma contribuição para o resgate da dignidade e para a construção da cidadania crítica e participativa.

Para que a educação dessas camadas da população não represente mais uma instância de fracasso escolar, há que, acima de tudo, superar-se a tendência de se considerarem jovens e adultos como uma categoria homogênea.

Ao contrário, a diversidade de etnia raça, gênero, padrões culturais, histórias de vida, faixas etárias, condições socioeconômicas e visões de mundo.

Assim, devem ser oferecidas aos adolescentes e adultos oportunidades educacionais que vão da alfabetização à preparação e especialização para o trabalho.

Em síntese, a proposta deve contemplar como objetivos a apropriação dos instrumentos básicos necessários ao acesso a outros graus de ensino, a incorporação ao mundo do trabalho, o conhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira.

5.3 – Objetivos e Metas

5.3.1 – Objetivos

1 – Universalizar o atendimento a todos os estudantes do Sistema Municipal de Ensino, tornando-os cidadãos participativos, críticos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreenderem a realidade e estarem inseridos, de fato, na sociedade.

2 – Assegurar a formação continuada dos professores atuantes na Educação de Jovens e Adultos, respeitando as peculiaridades da realidade e assegurando metodologia apropriada.

3 – Estabelecer parceria com o SESI, o SENAI, o SENAC, o SESC e as instituições de educação profissional pública e privada, para que os alunos da Educação de Jovens e Adultos tenham acesso aos cursos profissionalizantes por elas oferecidos.

4 – Incentivar as instituições de Educação Superior a oferecerem cursos de extensão para prover as necessidades de educação continuada de adultos.

5 – Garantir as políticas de Educação de Jovens e Adultos que visam à participação dos alunos em eventos culturais e integração social, de sorte que sua clientela seja beneficiada por ações que permitam ampliar seus horizontes culturais.

6 – Observar, no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos, as metas estabelecidas para: Ensino Fundamental, Formação dos Professores, Educação à Distância, Educação Tecnológica e Formação de Profissional – Financiamento e Gestão, favorecendo sua inserção no mercado de trabalho.

5.3.2 – Metas

1 – Realizar, a partir da vigência do P.M.E., censo municipal, visando a localizar a população analfabeta existente no Município.

2 – Assegurar um programa municipal de fornecimento de material didático-pedagógico adequado aos alunos e professores, de acordo com suas especificidades, a partir da implantação do P.M.E.

3 – Estabelecer, a partir da vigência do P.M.E., a ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos, através de projetos que visem a erradicar o analfabetismo.

4 – A partir da vigência deste Plano, estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade, bem como do efetivo aproveitando do potencial de trabalho comunitário das entidades da sociedade civil, para a Educação de Jovens e Adultos.

5 – Organizar, no Sistema Municipal de Ensino, uma avaliação para fins de conclusão e certificação dos anos iniciais de Educação de Jovens e Adultos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para esta modalidade de ensino, a partir de vigência do P.M.E., com vistas à regularização de vida escolar.

6 – Implementar, a contar da vigência do P.M.E., quando necessário, a terminalidade específica para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que não obtiveram avanços na aprendizagem ao longo dos anos, conforme legislação vigente e normas do respectivo Sistema de Ensino, que deve orientar, aprovar e acompanhar os procedimentos para sua certificação.

7 - Construir um currículo específico para a Educação de Jovens e Adultos – dos anos iniciais do Ensino Fundamental, no prazo máximo de cinco anos, a partir da vigência deste Plano, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, para atender às necessidades específicas desta modalidade de ensino.

8 – Apoiar programa para serem implantados nos cursos de nível médio para a Educação de Jovens e Adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, no prazo de cinco anos.

9 – Assegurar atendimento especializado na Educação de Jovens e Adultos para alunos com necessidades especiais, incluindo o material didático-pedagógico e a formação continuada e adequada ao professores, bem como a redução do número de alunos atendidos nas classes onde se completa a inclusão.

10 – Assegurar a oferta de programas de inclusão digital aos alunos de Educação de Jovens e Adultos do Sistema Municipal de Ensino, conforme regulamento próprio, a partir de vigência do P.M.E.

11 – Estabelecer, no prazo de um ano, parcerias com as empresas para implantação e/ou manutenção de programas de escolarização junto ao quadro de funcionários, conforme demanda existente.

12 – Estabelecer, no prazo de um ano, parcerias com as Secretarias de Saúde, Ação Social e ONG'S para atendimento aos alunos da Educação de Jovens e Adultos que apresentarem algum tipo de deficiência.

6 – EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

O uso de tecnologias de informação e de comunicação, na forma de redes e mídias para a constituição de comunidades virtuais de aprendizagem, abre perspectivas para, sob uma nova lógica à qual o processo de ensinar e aprender submete-se, ampliar os tempos e locais onde e na forma pela qual a construção do conhecimento ocorre, de modo a desconhecer os limites impostos pelos espaços e tempo, ainda válidos, mas não mais exclusivos.

Estes espaço e tempos estão em jogo, sob o enfoque colaborativo, objetivos e interesses individuais e grupais, num contexto de amplitude conceitual e de profundidade hipertextual para a construção e reconstrução de saberes e competências.

No papel de ferramenta inserida no contexto de um ambiente virtual mediado por computadores, a aprendizagem pode ser vista como um elemento assíncrono, ou seja que não apresenta sincronia no envio de mensagens em rede, destinadas, na maioria das vezes, a um grupo de pessoas habilitadas ao acesso das mesmas, cujos “direitos” são definidos por um organizador.

De maneira diversa ao correio eletrônico as mensagens são postadas considerando que existem destinatários predefinidos, ou seja, o espaço define os utilizadores, que podem ser cadastrados previamente ou convidados através de

chamadas, geralmente sob a forma de perguntas, e hyperlinks que conduzem ao local (virtual) das discussões.

O usuário também pode clicar no link de seu interesse para ler o conteúdo disponível, tendo, posteriormente, a possibilidade de responder, inserindo uma nova mensagem que, por sua vez, poderá ensejar novas respostas, e assim por diante, em um ciclo potencialmente ilimitado.

A expectativa é que assuntos relacionados, em alguma medida, na forma de respostas ou discussões subjacentes, criem uma sequência que facilite a visualização e a referência, de modo que os interessados em determinado assunto possam acompanhar o desenvolvimento das discussões em torno do tema em questão. Para Kenski (2000): A característica desta nova forma de ensinar é a ampliação de possibilidades de aprendizagem e o envolvimento de todos os que participam do ato de ensinar. A prática de ensino envolvida torna-se uma ação dinâmica e mista. Mesclam-se nas redes informáticas - na própria situação de produção/aquisição de conhecimento autores e leitores, professores e alunos. A formação de "comunidade de aprendizagem" em que se desenvolvem os princípios do ensino colaborativo, em equipe, é um dos principais pontos de alteração na dinâmica da escola. Além disso, as informações coletadas nos diversos ambientes e meios tecnológicos, em permanente transformação, devem ser analisadas e discutidas, não mais como verdades absolutas, mas compreendidas criticamente como contribuições para a construção coletiva dos conhecimentos que irão auxiliar na aprendizagem de cada um.

6.1 Diagnóstico

No processo de universalização e democratização do ensino, onde os déficits educativos e as desigualdades são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, nas tecnologias educacionais um meio auxiliar de indiscutível eficácia. Além do mais, os programas educativos desempenham um papel inestimável no desenvolvimento cultural da população e em nossas unidades escolares.

O Município já conta com acesso a redes de televisão educativas no setor público. Paralelamente, há que se considerar a contribuição do setor privado, que tem produzido programas educativos de boa qualidade, especialmente para a televisão. Há, portanto, inúmeras iniciativas neste setor. Ainda são incipientes, no entanto, aquelas que concretizam um trabalho em regime de cooperação, capaz de elevar a qualidade e aumentar o número de programas produzidos e apresentados.

Nosso município se ressentia da falta de uma rede informatizada que permita o acesso generalizado à oferta de programas existentes no mercado. Com o auxílio da tecnologia, já podemos vislumbrar novas concepções em relação ao tempo e espaço de atuação educacional.

Já contamos em nosso município com iniciativas como por exemplo, a atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental e ao enriquecimento do instrumental pedagógico disponível para esse nível de ensino. A TV Escola e o fornecimento, aos estabelecimentos escolares, do equipamento tecnológico necessário constituem importantes iniciativas. Os professores contam com assistência

técnica para utilização dos recursos áudio visuais como instrumentos pedagógicos de grande importância.

Existe hoje em nosso município uma necessidade de amplas proporções em relação à formação de profissionais especializados e de mão de obra mais qualificada frente à demanda das tecnologias educacionais tanto nas unidades escolares como nos demais espaços.

Se, no passado, existia uma distinção bem definida entre aqueles que imaginavam os processos e aqueles que o executavam, essa fronteira está ficando cada vez mais tênue. Para que se garanta a eficácia dos processos de produção, precisamos transformar nossa visão em uma visão global, com capacidade de tomar decisões e resolver problemas com rapidez. Portanto, é preciso que o ensino seja fornecido por professores qualificados, com acesso aos recursos tanto pedagógicos quanto tecnológicos, indispensáveis para a especialização em cada área de atuação. Além disso, os alunos devem ter direito à formação cultural mais ampla, com acesso mais eficiente e autônomo às informações, desenvolvendo competências técnicas que favoreçam aqueles que desejam e precisam entrar mais rápido no mercado de trabalho, sem que isso os impeça de prosseguir os estudos, futuramente, em nível superior.

Em nosso município, o grande número de jovens, sobretudo os que precisam, cedo, providenciar o próprio sustento e, que muitas vezes, vivem em situações de risco, necessitam assegurar uma rede de Educação mais abrangente e de qualidade, sintonizada com as demandas do mercado local. Precisamos desenvolver projetos e buscar parcerias junto a Instituições especializadas para a implementação da inclusão digital, da fixação do homem no campo, do incentivo ao turismo e meio ambiente, áreas estas que estão entre as nossas metas prioritárias.

A Educação à Distância é utilizada como um meio de auxiliar o professor no processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, à educação a distância é apresentada a partir da compreensão de que o ser humano é responsável pelas formas de utilização dos recursos tecnológicos a que tem acesso.

Em nosso município utilizamos o Programa TV Escola. Atualmente quase todas as escolas da rede municipal estadual, possuem um *kit* tecnológico que é composto de: TV, vídeo, fitas VHS, antena parabólica e receptores analógicos. Através dos programas, são desenvolvidas atividades de apoio pedagógico, com material impresso enviado pelo Ministério da Educação – MEC e reproduzido pelas escolas.

O Programa Salto para o Futuro está inserido no canal TV Escola, e a recepção organizada em tele-salas na rede estadual, em parcerias com outras instituições.

6.2 Diretrizes

Sabemos que as tecnologias estão presentes em nosso cotidiano não apenas em forma de suporte, mas de cultura.

As tecnologias ampliam nossa visão de mundo, modificam as linguagens e propõem novos padrões éticos e novas maneiras de aprender a realidade. Conseqüentemente, a escola deve discutir e compreender seu papel nos processos de ensino e aprendizagem.

A Educação à Distância e Tecnologia Educacional devem ter como proposta trabalhar a perspectiva atual da educação com tecnologias, enfatizando o audiovisual,

mas sem descartar o material impresso como, livros didáticos e para didáticos, jornais, revistas e outras mídias que se complementam e deverão ser utilizadas de modo integrado a fim de promover a aprendizagem.

É fundamental, portanto, equipar as escolas com multimeios, capacitar professores para utilizá-los e integrar a informática na formação regular dos alunos. A televisão, o vídeo, o rádio e o computador constituem importantes instrumentos pedagógicos auxiliares, não devendo substituir, no entanto, as relações de comunicação e interação direta entre educador e educando.

Quando se tratar de cursos regulares, que têm direito a certificados ou diplomas, a regulamentação e o controle de qualidade por parte do Poder Público são indispensáveis e devem ser rigorosos.

Este é um desafio educativo que deve atender demandas culturais e educativas de aperfeiçoamento do professor e buscar responder também aos desafios do educar com as tecnologias na sala de aula.

6.3 – Objetivos e Metas

6.3.1 – Objetivos

1. Incentivar a oferta e a implementação de cursos à distância que visem a qualificar os profissionais já existentes no mercado, bem como a capacitar os profissionais, para assegurar a qualidade desses cursos.
2. Em parceria com as instituições de Educação a Distância, após a aprovação do PME, incentivar a execução de projetos de pesquisas nesta modalidade de ensino.
3. Promover parcerias entre empresas públicas e privadas para realização de cursos de capacitação profissional à distância.
4. Assegurar, às escolas municipais, acesso à televisão educativa e a outras redes de programação educativo-cultural, provendo de equipamentos tecnológicos e promovendo sua integração no Projeto Político Pedagógico da Instituição.

6.3.2 – Metas

1. A partir da vigência deste Plano, durante a década, manter atualizados os programas dos computadores existentes nos laboratórios das escolas municipais e acessá-las à internet, bem como implantá-los nas escolas que ainda não possuem.
2. Estimular, a partir da vigência deste Plano, o acesso dos alunos da Educação de Jovens e Adultos do Sistema Municipal de Ensino, ao laboratório de informática educacional nas escolas que ofertam esta modalidade.
3. Com a aprovação do PME, equipar, gradativamente, em conjunto com Estado e União, as escolas do Sistema Municipal de Ensino, de recursos multimídia.

4. Após aprovação do PME equipar, gradativamente, um ambiente para teleconferência com áudio e vídeo, promovendo interação, em tempo real, entre conferencista e aluno; escola e escola, etc.

7 – EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Nos anos 90, a partir das transformações desencadeadas pelo desenvolvimento tecnológico, o processo de reestruturação produtiva intensificou-se no mundo em geral e no Brasil em particular, trazendo conseqüências econômicas, sociais e culturais profundas, para a sociedade brasileira.

As taxas de desemprego são números que resumem e escondem uma realidade social de precarização das condições de trabalho. Ampliam-se as desigualdades que geram desesperança, humilhação, sofrimento, violência e desestruturação do tecido social. Não queremos com isso adotar uma postura ingênua ao preconizar a idéia de que um maior nível educacional no país provocaria necessariamente a diminuição da taxa de desemprego. Traçar relações simplistas de causa e efeito, como esta, contribuiria mais para mistificar do que para compreender o papel da Educação. Entretanto, do ponto de vista de cada trabalhador, a qualificação profissional torna-se questão de sobrevivência, tendo em vista que a realidade atual é a de que a demissão, majoritariamente, não é provocada pela rotatividade da mão-de-obra visando a um rebaixamento salarial, mas está relacionada à supressão pura e simples daquele posto de trabalho que culmina com o desaparecimento daquele ofício, daquele saber-fazer. São levas de descartados, de pessoas que a vida toda trabalharam, naquilo que hoje não é necessário ao sistema produtivo.

Defrontamo-nos, então, com duas tarefas necessárias para enfrentar os desafios que são igualmente importantes: cuidar, com qualidade, da formação básica de todas as crianças e adolescentes e requalificar os trabalhadores que, neste contexto, têm habilidades consideradas obsoletas pelo mercado. É necessário ressaltar que o Ensino Fundamental e a qualificação profissional têm provocado grandes transformações, nas últimas décadas, mediante a reestruturação produtiva efetiva no mundo do trabalho; a intensificação da ciência e da técnica como força produtiva e a revolução no campo da informação e das comunicações exige, de cada governante, uma atenção profunda e especial, com a educação e a qualificação de seus cidadãos e trabalhadores.

Nossa proposta também se compromete com os três grandes eixos: inclusão social no mundo do trabalho; desenvolvimento das forças produtivas e redução das vulnerabilidades, sejam econômicas, culturais, científicas ou tecnológicas.

Os novos processos sociais e de trabalho exigem uma nova pedagogia e uma nova epistemologia. A nova pedagogia formará e educará cidadãos críticos e profissionais competentes, com autonomias ética, política, intelectual e tecnológica, pois a construção do conhecimento e sua socialização e sua socialização deverá ser o resultado do trabalho social e das relações empreendidas entre o mundo do trabalho, da cultura e das ciências.

7.1 – Diretrizes da Educação Tecnológica

O ser humano que está exposto às diferentes linguagens expressivas em um ambiente enriquecido diariamente pelo avanço tecnológico será melhor produtor, conhecedor e apreciador das manifestações artísticas, além de ampliar suas formas de expressão e representação do mundo.

A evolução tecnológica impõe-se e transforma o comportamento individual e social. A economia, a política, a divisão social do trabalho, em diferentes épocas, refletem os usos que os homens fazem das tecnologias que estão na base do sistema produtivo.

O Ministério da Educação, nesse setor, tem dado prioridade à atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental e ao enriquecimento do instrumental pedagógico disponível para esse nível de ensino. A TV Escola e o fornecimento, aos estabelecimentos escolares, do equipamento do tecnológico necessário constituem importantes iniciativas. Além disso, a TV Escola deverá revelar-se um instrumento importante para orientar os sistemas de ensino quanto à adoção das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e os Parâmetros Curriculares.

Os programas educativos e culturais devem ser incentivados dentro do espírito geral da liberdade de imprensa, consagrada pela Constituição Federal, embora sujeitos a padrões de qualidade que, precisam ser objeto de preocupação não só dos órgãos governamentais, mas também dos próprios produtores, por meio de um sistema de auto-regulamentação.

7.2 – Diretrizes da Formação Profissional

O contato direto com diferentes informações possibilita um olhar mais apurado e uma maior capacidade estética, enriquecendo as assimilações e as ampliações de repertório.

Face aos problemas apresentados pelas situações de aprendizagem, o homem coloca em jogo seus conceitos espontâneos e suas idéias que vão sendo reorganizadas e modificadas à medida que se aproxima sucessivamente dos conhecimentos científicos, promovendo e impulsionando a atividade individual e inteligente.

O que se deve postular é uma nova ótica para as estruturas básicas do ensino.

A qualificação do pessoal docente se apresenta hoje como um dos maiores desafios para o PME, e o Poder Público precisa se dedicar prioritariamente à solução deste problema.

A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço científico e tecnológico em nossa sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do Município.

A valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos:

1. Uma formação que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e das metodologias pedagógicas que promovam a aprendizagem.

2. Um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo.
3. Jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares, ao trabalho em sala de aula.
4. Salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação.
5. Compromisso social e político do magistério.

A formação continuada dos profissionais da educação pública será garantidos pela Secretaria Municipal de Educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas como ação permanente e a busca de parceria com profissionais e instituições especializadas. A educação escolar não se reduz à sala de aula e se viabiliza pela ação articulada entre todos os agentes educativos – docentes, técnicos, funcionários administrativos e de que atuam na escola. Por essa razão, a formação dos profissionais para as áreas técnicas e administrativas também será objeto de qualificação através dos cursos que serão oferecidos.

7.3 – Objetivos e metas

7.3.1 – Objetivos

- 1 - Incentivar a oferta de cursos de formação profissional para qualificação ou requalificação dos trabalhadores, com vistas a inseri-los no mercado de trabalho, com condições de produtividade, possibilitando a diminuição do desemprego, graças à integração com órgão público ou privados empenhados em profissionalização técnica.
- 2- Promover a implementação, através de parcerias, de cursos técnicos valendo-se de elementos da comunidade, empenhados em passar experiência profissionais à clientela discente e docente, visando a melhorias no campo de trabalho equivalente.

7.3.2 – Metas

- 1- A partir da vigência do PME, integrar em articulação com as demais secretarias, comas ONG'S e outras instituições, programadas que promovam a oferta de cursos básicos profissionais, aos cidadãos que concluíram ou não o Ensino Fundamental.
2. Garantir o acesso e a permanência do aluno trabalhador, para freqüentar as aulas, sem prejuízo de suas atividades no trabalho.
3. Após aprovação do PME, garantir uma unidade escolar dinâmica, com flexibilidade de horários e metodologias variadas, possibilitando ao aluno trabalhador, a busca do conhecimento científico e a qualidade de ensino e aprendizagem. Isto em parceria com instituições especializadas.
4. Com a aprovação do PME, estimular quando necessário, treinamento ou retreinamento de pessoas com deficiência e/ou necessidade especiais, a fim de inseri-las no mercado de trabalho, com maior possibilidade de desempenho profissional.

5. Oferecer, a partir da vigência do PME, uma gestão pedagógica, que leve em consideração as reais necessidades do educando ruralista, partindo da sua realidade e respeitando seus conhecimentos.

8 – EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para atender a um aluno idealizado a escola tem produzido situações de exclusão que têm prejudicado a trajetória educacional de muitos estudantes. Pela ausência de laudos periciais competentes e de queixas escolares bem fundamentadas, há alunos que correm o risco de serem admitidos e considerados como pessoas com deficiência e encaminhados indevidamente aos serviços da Educação Especial. Outros são igualmente discriminados em programas de ensinos compensatórios.

As novas possibilidades de se atender às necessidades dos alunos a partir de alternativas educacionais inclusivas, geram também entraves que acabam por desrespeitar o direito de ser diferente, nas escolas. Isto ocorre, em função de problemas conceituais, equívocos de concepções e desrespeito a preceitos constitucionais, através de interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional, além das manifestações preconceituosas.

O sentido da inclusão escolar tem sido então distorcido, reduzindo-a unicamente, à inserção de alunos com deficiência, desconsiderando os benefícios que essa inovação educacional propicia à educação dos alunos em geral, ao provocar mudanças de base na organização pedagógica das escolas e na maneira de se conceber o papel da instituição escolar na formação das novas gerações.

Por outro lado, não podemos deixar de constatar que muito já se avançou do ponto de vista legal e esboçando novos caminhos pedagógicos que permitam retrair a trajetória das escolas ao sopro da inspiração inclusiva. Estamos vivendo então, um tempo de crise, em que os velhos paradigmas da modernidade estão sendo contestados e em que o conhecimento, matéria prima da educação escolar, está passando por um re- interação.

A educação pautada na concepção inclusiva é parte dessa contestação e implica na mudança do paradigma educacional atual, para que se encaixe no mapa da educação escolar que precisamos retrair. As diferenças culturais, sociais, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos, e como entendemos o mundo e a nós mesmos.

8.1. Diagnóstico

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A legislação determina preferência para essa modalidade de atendimento educacional no ensino regular, ressalvando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento. Sendo assim, em nosso município estamos organizando, de forma gradativa, a integração e inclusão dos

alunos portadores de necessidades educacionais especiais *nas* classes comuns, a implantação de salas de recursos, com vistas ao atendimento necessário.

DIAGNÓSTICO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO

Ano	Cegueira		Baixa visão		Surdez severa ou profunda		Surdez severa ou moderada		Surda cegueira		Física		Mental		Autista		Síndrome de Down		Múltipla		Altas Habilidades		Conduta Típica		Total	
	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I	E	I
2000					2	1	6				3	1	14	12					6	2			5	53	29	76
2001	1				7	3	5				3	3	19	9					5	4			5	50	36	88
2002	2				6	3	5				4	2	20	9					7	3			5	57	41	92
2003	2				4	5	4				5	1	15	11					8	3			10	50	43	83
2004	2				6	3	3				7	2	13	7			1		12	1			10	37	48	56
2005	2				6	3	2				6	3	13	9					12	1			9	36	45	57

Fonte Secretaria Municipal de Educação 2005

Ano	D.M.	D.A.	D.V.	D.F.	M.D.	D.I.	Transt. de fala	P.I.	D.C.	S.D.	Disfemia	Total
2008	24	8	2	11	14	2	1	12	4	2		80
2009	20	7	3	6	13	7	1	9		1		68
2010	26	5	4	8	12			16		1		81
2011	22	5	4	7				13	5	1		74
2012	22	6	5	7	2	10	3	2	10	2	1	78

Fonte Secretaria Municipal de Educação 2012

Legenda: D.M. Deficiência Mental; D.A. Deficiência Auditiva; D.V. Deficiência Visual; D.F. Deficiência Física; M.D. Múltipla Deficiência; D.I. Deficiência Intelectual; Transt. de Fala; P.I. Psico Infantil; D.C. Distúrbio de Comportamento; S.D. Síndrome de Down.

A acessibilidade física nas escolas é uma condição importante para o nosso Município e sendo assim, já estamos em fase de identificação da necessidade de obras através da proposta de trabalho parceiro junto a Secretaria de Obras, para que possamos atender e integrar os alunos no ensino regular de forma eficiente e organizada.

Em relação à qualificação dos profissionais de magistério, estamos em processo de formação continuada em exercício para os professores que atuam em escolas de Rede Municipal de Ensino. Considerando a diretriz da integração, ou seja, de que, sempre que possível, as crianças e jovens que necessitem de atendimento especial sejam atendidos em escolas regulares, a preparação do nosso corpo docente e do corpo técnico e administrativo das escolas aumenta, significativamente, a partir dos cursos e formação presentes em nosso Município.

Apesar do crescimento das matrículas dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais, constitui um desafio imenso para o nosso Município a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral, para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas novas escolas especiais, produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, etc. Mas os avanços já se tornam aparentes, embora tenhamos de reconhecer que a implantação de escolas inclusivas, que garantam o atendimento à diversidade humana, será nosso maior desafio na década de vigência deste Plano.

Conscientes de que não basta aceitar matrículas de portadores de deficiências para se tornar uma escola inclusiva, e que o atendimento não pode se dar de forma improvisada, nossa rede de ensino está realizando uma pesquisa em cada região a fim de identificar crianças e jovens especiais:

- Identificação de quantidade dos tipos predominantes de deficiência, para que, progressivamente, possamos adaptar as unidades escolares e capacitar os professores;
- Estudo progressivo para garantir a acessibilidade física;
- Criação de salas de recursos, de acordo com o tipo de deficiência, para suprir as dificuldades de aprendizagem;
- Aquisição de recursos pedagógicos adequados, como publicações em Braille, dicionário de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais) e programas especiais de computadores;
- Estabelecimento de parcerias com instituições especializadas e formação de equipes multiprofissionais;
- Formação Continuada em exercício, criando grupos de multiplicadores no Município, para que possamos ultrapassar o estágio da integração para o da inclusão. Estamos estabelecendo parcerias com as Secretarias Municipais de Saúde e de Promoção social e Ação Comunitária desenvolvendo programas junto às famílias e à comunidade, na questão da prevenção, a fim de impedir que outros indivíduos venham a carregar deficiências que podem ser evitadas, tais como:
- Problemas físicos ou mentais em crianças podem estar associados à desnutrição da mãe na gravidez;

- A desinformação sobre a importância do pré-natal;
- Os vícios dos pais;
- O desconhecimento sobre doenças que levam à cegueira, à surdez, à paralisia e ao retardo;
- A falta de estímulos e alimentação adequada, nos primeiros anos de vida.

Esses casos recaem também na responsabilidade dos poderes públicos.

A Resolução nº 2 CNE/CEB de 11/09/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, estabelece (Artigo 1º) que o atendimento a portadores de necessidades especiais deve começar em creche e pré-escolas. Também serão realizadas capacitações junto aos estabelecimentos de educação infantil, prioritariamente as que estão localizadas nas comunidades de baixa renda, para que identifiquem, entre as crianças que atendem, os portadores de deficiências em potencial, orientem suas famílias e os encaminhem para tratamento adequado.

8.2 Diretrizes

O direito da pessoa à educação é resguardado pela política nacional de educação independentemente de gênero, etnia, idade ou classe social. O acesso à escola extrapola o ato da matrícula e implica apropriação do saber e das oportunidades da educação, a despeito da diversidade na população escolar.

A perspectiva de educação para todos constitui um grande desafio, quando a realidade aponta para uma numerosa parcela de excluídos do sistema educacional sem possibilidade de acesso à escolarização, apesar dos esforços empreendidos para a universalização do ensino.

Assim, depreende-se a importância da educação escolar no exercício da cidadania que implica a efetiva participação da pessoa na vida social resguardada a sua dignidade, a igualdade de direitos, a importância da solidariedade e do respeito, bem como a recusa categórica de quaisquer formas de discriminação.

O que se afigura de maneira mais expressiva ao se pensar na viabilidade do modelo de escola inclusiva para todos no momento, é a situação dos recursos humanos, especificamente dos professores das classes regulares, que precisam ser efetivamente capacitados para transformar sua prática educativa. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente.

Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada, devendo firmar a convivência no contexto da diversidade humana, bem como aceitar e valorizar a contribuição de cada um conforme suas condições pessoais.

Falar em necessidades educacionais especiais, portanto, deixa de ser pensar nas dificuldades específicas dos alunos e passa a significar o que a escola pode fazer para dar respostas às suas necessidades, portanto a escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos.

Assim, sendo, as adaptações curriculares no nível do projeto pedagógico devem focalizar, principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio.

Elas devem propiciar condições estruturais para que possam ocorrer no nível da sala de aula e no nível individual, caso seja necessária uma programação específica para o aluno.

As decisões curriculares devem envolver a equipe da escola para realizar a avaliação, a identificação das necessidades especiais e providenciar o apoio correspondente para o professor e o aluno.

8.3 Objetivos e Metas

8.3.1 Objetivos

1 – Criar políticas que promovam a participação da família e da comunidade na escola, visando uma sociedade onde as desigualdades sejam motivo de crescimento mútuo e não de seleção e exclusão.

2 – Universalizar o atendimento a todos os estudantes do Sistema Municipal de Ensino, tornando-o cidadãos participativos, críticos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade e estarem inseridos de fato, na sociedade e no mercado de trabalho.

3 – Assegurar à criança, o direito a uma educação inclusiva e sua permanência na escola, sem qualquer tipo de discriminação.

4 – Ampliar o fornecimento e o uso de equipamentos de informática, como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais, inclusive através de parcerias com organizações da sociedade civil, voltadas para esse tipo de atendimento.

5- Garantir a implantação gradativa, dos programas de atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação.

6 – Assegurar o cumprimento dos padrões mínimos de infra-estrutura das escolas do Sistema Municipal de Ensino, para o recebimento e a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais.

7 – Apoiar a divulgação de trabalhos realizados pelos alunos de necessidades educativas especiais no Município.

8 – Buscar a implementação de ações, objetivando consolidar políticas de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação programas de qualificação profissional/inserção no mundo do trabalho.

8.3.2 Metas

1 - A partir da vigência do P.M.E., articular com a Secretaria de Saúde o trabalho de prevenção, detecção e encaminhamento de crianças que apresentarem riscos de

desenvolver algum tipo de deficiência ou que já a apresentam para os programas de estimulação precoce ou para demais procedimentos cabíveis.

2- Organizar, em todo o Município e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais.

3- Assegurar e garantir, a partir da vigência deste Plano, a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva a todos os alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, em parcerias com a área da saúde, ONG'S e campanhas federais, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças com necessidades especiais.

4- Assegurar, convênios e/ou parcerias com as Secretarias de Saúde, os institutos conveniados e serviços de reabilitação credenciados, para realização de consultas com médicos especialistas, exames necessários, garantindo os recursos ópticos prescritos, os aparelhos auditivos, as órteses e próteses entre alunos, para os alunos que necessitam destes atendimentos, no prazo de dois anos.

5- Articular a implantação, no Município, em quatro anos, de um centro especializado, destinado ao atendimento de pessoas com severa dificuldade de desenvolvimento, em parceria com a União e o Estado, com envolvimento das áreas da saúde, assistência social, trabalho, cultura, esporte e lazer e com as organizações da sociedade civil.

6- A partir da vigência do P.M.E, redimensionar os procedimentos envolvidos na avaliação diagnóstica em Educação Especial, com ênfase no aspecto pedagógico, em detrimento do enfoque clínico.

7- Fortalecer, a partir do primeiro ano no de vigência deste Plano, programa de apoio pedagógico especializado à escolarização para alunos com necessidades educacionais especiais que freqüentam Educação de Jovens e Adultos, anos iniciais, quando necessário.

8- Oferecer a contar da vigência do P.M.E. formação continuada, para que cada vez mais, os profissionais que atuam nos programas de Educação Especial ou no ensino regular com alunos inclusos, possam desenvolver condições pedagógicas adequadas que lhes permitam o acesso e a permanência, com sucesso, na escola.

9- Buscar, a partir da vigência do P.M.E. junto ao Programa Nacional do Livro Didático, a distribuição de livros falados, em braile e em caracteres ampliados, tornando-os disponíveis aos alunos cegos e aos de visão, subnormal.

Implantar, durante a década, um Centro de Atendimento aos Deficientes Visuais, com materiais adequados e profissionais habilitados, quando houver demanda.

10- Implantar, durante a década, um Centro de Atendimento aos Deficientes Visuais, com materiais adequados e profissionais habilitados, quando houver demanda.

- 11- Implantar e generalizar, o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para os alunos surdos e, gradativamente, para seus familiares, demais alunos e os profissionais da unidade escolar, mediante programa de formação, a partir da vigência do P.M.E.
- 12- Criar, no prazo de um ano a partir da vigência deste Plano, os cargos de Intérprete da LIBRAS/Português e de Instrutor da LIBRAS, para atuação nas instituições de ensino públicas.
- 13- Criar e/ou ampliar, equipes multidisciplinares para proporcionar o atendimento aos alunos que necessitam de serviço educacional especializado, bem como dar suporte pedagógico ao professor do ensino regular e especial, a partir da vigência do P.M.E.
- 14- A partir da vigência do P.M.E., organizar turmas com menor número de alunos, no ensino regular sempre que houver alunos com necessidades educacionais especiais inclusos.
- 15- A partir da vigência do P.M.E., manter e ampliar de acordo com a necessidade, acompanhamento e avaliação psicoeducacional por profissionais capacitados da rede municipal, dos alunos das Classes Especiais e os que estão incluídos na Educação Básica, bem como apoio pedagógico ao professor.
- 16- Após a aprovação do P.M.E., elaborar, produzir e divulgar materiais específicos para apoio, tanto para os alunos portadores de necessidades especiais quanto para os profissionais que atuam com eles, nos diferentes níveis de ensino.
- 17- Proporcionar, transporte escolar adaptador para os alunos que necessitam, a partir da vigência do P.M.E.
- 18- Estabelecer, em cinco anos a partir da implantação deste Plano, programas para redimensionar as Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino que atendam educandos com algum tipo de deficiência, que necessitem de equipamentos que facilitem a aprendizagem.
- 19- Incentivar e articular, gradativamente junto à universidade pública ou particular, a inclusão ou a ampliação de habilitação específica em níveis de graduação e pós-graduação para formar pessoal em Educação Especial.
- 20- A partir da vigência deste Plano, somente autorizar a construção de prédios públicos ou privados em conformidade com os fundamentos legais que atendam às normas de acessibilidade aos alunos portadores de deficiência.
- 21- Incentivar as mantenedoras municipais, estaduais e privadas para que sejam asseguradas adaptações curriculares nos cursos profissionalizantes ofertados na comunidade, proporcionando o ingresso e a conclusão do curso pelos alunos com necessidades especiais, a contar da vigência da P.M.E.

22- Implementar, quando necessário, a terminalidade específica, conforme legislação vigente e normas do respectivo Sistema de Ensino e das Diretrizes, que devem orientar, aprovar e acompanhar tais procedimentos, para alunos que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do Ensino Fundamental, em virtude de suas deficiências.

IV – MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Formação dos Professores e Valorização do Magistério

A VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Após muitos anos de luta, os profissionais da Educação no Brasil contam hoje com instrumentos legais importantes para que a prioridade para Ensino Fundamental saia do plano da retórica e transforme-se em ações concretas de governos.

A Carta Magna de 1988 diz que a Educação, “direito de todos e dever do Estado e da família”, será oferecida de acordo com determinados princípios, dentre eles:

- gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais
- valorização dos profissionais do ensino, garantindo;
- planos de carreira para o magistério público;
- piso salarial profissional;
- ingresso exclusivamente por concurso público;
- gestão democrática do ensino público;
- garantia de padrão de qualidade.

Atualmente, sabe-se que as práticas gerenciais que conduzem à excelência de desempenho organizacional em instituições de ensino e pesquisa valorizam a participação de todos, nas decisões. A presença em certas organizações de recursos humanos qualificados possibilita um novo estilo de gerenciamento. O princípio da gestão democrática do ensino público contempla uma participação ainda mais ampla, objetivando o envolvimento da sociedade e de seus representantes na administração e fiscalização do Sistema de Ensino. A Lei de Diretrizes e Base da Educação prevê tanto a participação dos profissionais da Educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, quanto a participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A Constituição Federal determina, então, que o ensino público será gratuito e de qualidade, adotando uma gestão democrática e dispondo de recursos vinculados à Educação. Mas qual é o instrumento principal para operacionalizar esses princípios? A resposta está neste mesmo artigo 206 da Constituição de 1988, regulamentando em artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), da Emenda Constitucional nº14 de 1996, e da legislação relacionada ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

A valorização dos profissionais do ensino através de planos de carreira, piso salarial e ingresso por concurso público, é um preceito constitucional capaz de instrumentalizar o administrativo público que tem por objetivo ofertar um ensino gratuito e de qualidade, assim:

- a remuneração condigna dos professores do Ensino Público, em efetivo exercício do magistério;
- o estímulo ao trabalho em sala de aula;
- a melhoria da qualidade do ensino.

O art. 67 da LDB determina que os sistemas de ensino valorizem os Profissionais da Educação, assegurando-lhes, além de ingresso exclusivamente por concurso público e piso salarial profissional,

- aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- condições adequadas de trabalho.

1.1 Diagnóstico

No setor administrativo da Rede Municipal de Ensino de Porciúncula, o quadro é composto por 172 profissionais, cuja habilitação é demonstrativo no quadro abaixo:

Grau de Formação dos Professores

Curso	Concluído	Cursando
Ensino Médio – Curso Normal	44	-
Adicional	20	-
Ensino Superior	34	14
Pós-Graduação (Especialização)	78	10

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2012

O Plano de Carreira do Magistério contempla um piso salarial de acordo com o grau de formação, como demonstra o quadro abaixo:

Piso salarial de acordo com o grau de formação

Professor	Classe	Valor - R\$
Docente	A	747,92
Orientador Educacional Supervisor Educacional Inspetor Escolar	D	940,21

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2006

Professor	Classe	Valor –R\$
Docente	A	1368,13
Orientador Educacional Supervisor Educacional Inspetor Escolar	D	1719,88

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2012

A participação dos professores nos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação é boa, mas merece maiores investimentos em prol da motivação para que seja alcançada a meta desta gestão, como previsto no plano de Carreira.

Indicadores do Programa de Formação Continuada da SME

Capacitação realizada em 2005	Capacitação prevista para 2006
Alfabetização e Letramento PCN em Ação – Educação Infantil PCN em Ação – Ensino Fundamental Educação Inclusiva – Curso de Libras	Programa de Educação Chico Mendes – Educação Ambiental Educação Infantil Ensino Fundamental Educação Inclusiva Profissional de Apoio (serventes e merendeiras)

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2006

Capacitação realizada em 2008	Capacitação prevista para 2012
- Pro letramento (Matemática e linguagem no ensino fundamental) - Curso de EJA (Rd. De Jovens e Adultos) - Curso de Ed. Infantil - Curso de Ed. Inclusiva - Curso de Ed. Ambiental	- Oferecer curso de formação para os professores que atuam na Ed. Infantil em temas da diversidade; - Oferecer curso de formação continuada (especialização) para professores que atuam no Ensino Fundamental (anos finais); - Qualificar professores da Ed. Infantil que atuam no campo em cursos implementados pela SME; - Oferecer curso de formação continuada para

	<p>os professores da rede em História e Cultura Afro brasileira e Africana;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Oferecer curso de formação continuada do Pro letramento para professores da rede para atuarem como tutores; - Oferecer curso presencial para professores que atuam em escolas com turma multisseriadas; - Qualificar a equipe da SME para aplicação do levantamento da Situação Escolar e análise dos resultados obtidos.
--	---

Fonte: Secretaria Municipal de Educação – 2006

A jornada de trabalho do professor docente poderá ser ampliada para 30 ou 40 horas semanais, para as necessidades da Secretaria Municipal de Educação Fe modo que tal ampliação respeitará sempre a proporcionalidade de 20% a 25% de horas-atividades destinadas à programação, à preparação e à avaliação do trabalho didático, à colaboração com as atividades de direção e administração da escola, às reuniões pedagógicas ou administrativas, ao aperfeiçoamento profissional através de programas e projetos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação ou pela própria escola e à articulação com a comunidade. A melhoria da qualidade do ensino, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, só poderá ser alcançada se forem promovidas, ao mesmo tempo, a valorização do magistério e a formação continuada em serviço. Sem estas, ficam infrutíferos quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica, simultaneamente:

- a formação profissional inicial;
- as condições de trabalho, salário e carreira;
- a formação continuada;

As características psicológicas, sociais e físicas das diferentes faixas etárias carregam modos diversos de encarar os objetos de conhecimento e de aprender. Daí por que não basta ser formado num determinado nível de ensino; é preciso adquirir o conhecimento da especificidade do processo de construção do conhecimento em cada uma das circunstâncias e faixas etárias. Está provado que o desempenho do corpo discente está estreitamente relacionado à qualificação do corpo docente. Assim, estamos nos esforçando para agir em coerência com a LDB, que trata o professor como peça-chave do processo ensino-aprendizagem, de quem dependemos para o sucesso da implementação das reformas do ensino determinadas pela Lei e sugeridas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. É preciso, portanto, que nossos docentes se tornem também pesquisadores, sintonizando as necessidades educacionais específicas da clientela que atendem e adaptando o processo de ensino a sua realidade.

Hoje, cabe a eles participar da elaboração do projeto pedagógico das escolas, estabelecer contato com a comunidade, identificar os fatores que interferem negativamente na aprendizagem e propor soluções para problemas localizados. Assim, é imprescindível que, além de uma boa formação inicial nos cursos de preparação do magistério, eles possam contar com meios permanentes de auto aprimoramento.

1.2 – Diretrizes

1.2.1 – Diretrizes para a formação de professores

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), vigente desde 1996, traça diretrizes inovadoras para a organização e a gestão dos sistemas de Educação Básica e aponta a necessidade de se ressignificar o ensino de crianças e jovens, para que seja condizente com as formas contemporâneas de conviver, relacionar-se com a natureza, reconstruir as instituições sociais, produzir e distribuir bens, serviços, informações e conhecimentos. Redefine as funções do professor e cria os Institutos Superiores de Educação como instituições específicas para formação de professores, determinando que a partir do final da década da educação, no ano de 2007, só serão admitidos professores formados em nível superior.

A partir da Lei, foram elaboradas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, de caráter obrigatório, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, que são orientações para formulação dos projetos pedagógicos das unidades escolares.

Todas essas mudanças propostas para Educação Básica no Brasil trazem grandes desafios para os sistemas de ensino: o papel do professor está sendo redefinido, assim como o dos outros Profissionais da Educação e a da própria escola.

Em dezembro de 1999 foi publicado o Decreto n. 3.276 que definiu e regulamentou a formação em nível superior de professores para atuarem na Educação Básica. Esse documento observou o disposto nos artigos 61 a 63 da LDB. Vale destacar alguns pontos desse decreto:

- A compatibilidade que o curso de formação deve ter com a etapa da educação básica em que atuarão os graduados (art. 2º, inciso I e III). O professor deve ser preparado para a etapa da educação em que atuará, o que não acontece atualmente. O professor precisa conhecer *o quê e o como* ensinar de acordo com as especificidades da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A exigência é de que o professor que atuará na etapa de Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental seja formado nos conteúdos adequados a essa faixa etária, incluindo a alfabetização e outros conteúdos disciplinares, revelando a importância atribuída ao estudo dos objetos de ensino na formação do professor para atuação multidisciplinar (art. 3º, § 3º); a exigência de que as diretrizes para a formação dos professores atendem às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação dos alunos e tenham por base os referenciais curriculares nacionais (artigo 5º, § 2º);
- A exigência de que o CNE, mediante proposta do MEC, defina as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da Educação Básica e que tais diretrizes devem observar as seguintes competências a serem desenvolvidas pelos professores da Educação Básica (Art. 5º):

I – comprometimento com os valores estéticos, políticos, éticos inspiradores da sociedade democrática;

II – compreensão do papel social da escola;

III – domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação disciplinar;

IV – domínio do conhecimento pedagógico, incluindo as novas linguagens e tecnologias, considerando os âmbitos do ensino e da gestão, de forma a promover a efetiva aprendizagem dos alunos;

V – conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI – gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Em novembro de 1999, o Ministro da Educação determinou a constituição de um grupo composto por representantes das secretarias de educação dos Ensinos Fundamental, Médio e Superior, com a incumbência de elaborar uma proposta de diretrizes gerais para a formação dos professores da Educação Básica. Essa proposta buscou uma sintonia entre a formação inicial de professores, os princípios prescritos pela LDB, as normas instituídas nas DCN para a Educação Infantil, para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, bem como as recomendações dos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a Educação Básica, elaborados pelo MEC. A partir dessa sintonia, a proposta objetivou a elaboração de orientações gerais para o atendimento às necessidades atuais da Educação Básica.

A proposta apresentada ao Conselho Nacional de Educação tem alguns princípios norteadores para a formação de professores que consideram as demandas colocadas pela reforma da Educação Básica. O professor deverá ter conhecimentos sobre seu trabalho e saber mobilizá-los em ação. Não se sustenta mais a visão da profissão do magistério como sacerdócio e o professor como alguém que se qualifica por seus dotes de paciência e prazer no trato com crianças e adolescentes. O professor é um profissional e sua formação deve ser a de um profissional.

A concepção de competência é um dos princípios nucleares para a formação de professores.

As competências tratam sempre de alguma forma de atuação, só existem “em situação” e, portanto, não podem ser aprendidas apenas pela comunicação de idéias. Para construí-las, as ações mentais não são suficientes - ainda que sejam essenciais. Não basta a um profissional ter conhecimentos sobre seu trabalho; é fundamental que saiba fazê-lo.

A construção das competências profissionais do professor deve se refletir nos objetivos de formação, na seleção dos conteúdos e na sua abordagem metodológica, na organização da instituição formadora, na criação de diversos tempos e espaços de vivência para os professores em formação. O professor deve ter conhecimentos específicos e também compreender as questões envolvidas em seu trabalho, sabendo identificá-las e tomando decisões fundamentadas para resolvê-las. Deve, ainda, saber avaliar criticamente a sua atuação. Como as competências se constroem em situação, não é o caso de se separar a teoria da prática durante a formação. A aquisição das competências deverá ocorrer mediante ações articuladas com a reflexão e a sistematização teórica dessas ações. A aprendizagem por competência supera a

conhecida e usual dicotomia teoria – prática nos cursos de formação, seja no espaço (aprendizagem da prática de “observação” na escola campo e aprendizagem da teoria na escola de formação), seja no tempo (aprendizagem da teoria no início do curso e vivência de estágio no último ano).

A avaliação deve ocorrer durante o curso de formação, para que ajustes possam ser feitos visando ao desenvolvimento das competências profissionais do futuro professor. O objetivo da avaliação não deve ser a verificação da quantidade de conhecimentos, mas da capacidade que o futuro professor está construindo de fazer uso dos conhecimentos adquiridos e dos recursos para enfrentar situações-problema relacionadas ao exercício da profissão.

Os resultados da avaliação processual devem servir para os formadores validarem ou reverem suas estratégias de formação e, para os futuros professores, devem servir para que tenham consciência do seu processo de aprendizagem, de suas dificuldades e facilidades, dos aspectos a investir no seu desenvolvimento.

Os cursos devem ser organizados de forma a propicias aos professores em formação:

- Estímulo e condições para o desenvolvimento das capacidade e atitudes de interação e comunicação, de cooperação, autonomia e responsabilidade;
- Experiências interdisciplinares
- que a experiência prática (800 horas) ocorra durante todo o curso, no interior das áreas ou disciplinas, nos estágios a serem feitos nas escolas de educação básica, nos espaços de supervisão;
- atividades curriculares diversificadas;

A organização dos currículos de formação deve ainda incluir formação comum e específica a todos os professores, considerando-se a etapa da Educação Básica em que cada um deles irá atuar, da seguinte forma:

- formação comum a todos os professores da Educação Básica;
- formação comum a todos os professores de atuação multidisciplinar;
- formação comum a todos os professores especialistas;
- formação específica a todos os professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- formação específica de professores da Educação Infantil;
- formação específica dos professores especialistas por áreas/disciplinas.

Os cursos de formação de professores da Educação Básica poderão oferecer ainda, a critério da instituição, opções de formação em campos específicos de atuação tais como:

- educação de crianças e jovens em situação de risco;
- educação de jovens e adultos correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- educação de jovens e adultos correspondente aos anos finais do Ensino Fundamental e ao Ensino Médio;
- atuação em escolas rurais ou classes multisseriadas.

1.2.2 Diretrizes para Valorização do Magistério

O desenvolvimento de competências docentes implica que o exercício das práticas profissionais e da sua reflexão sistemática tomem um lugar central no percurso de formação de professores. A dimensão teórica do conhecimento é importantíssima, mas deve estar articulada ao exercício da prática profissional. Deve haver coerência entre a formação oferecida e a prática do futuro professor.

O professor, enquanto aprendiz de sua profissão, é um aluno e essa condição traz algumas implicações. Sua experiência como aluno, não apenas no curso de formação mas ao longo de toda sua vida escolar, é constitutiva do papel que exercerá como docente. É necessário, portanto, que o futuro professor experiencie, enquanto aluno, o que se pretende que venha a desempenhar nas suas práticas pedagógicas. Ninguém promove o desenvolvimento daquilo que não teve oportunidade de desenvolvimento em si mesmo. É necessário que o professor tenha desenvolvida, ou que tenha a oportunidade de desenvolver, as competências previstas para os egressos da Educação Básica, como estão colocadas na LDB e nas Diretrizes, Parâmetros e Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Básica. É necessário, também, que as situações de aprendizagem dos cursos de formação sejam semelhantes às experiências de aprendizagem que o professor deverá criar para seus alunos. Essa constatação significa que é necessário rever as concepções de aprendizagem, conteúdo e avaliação dos cursos de formação para que sejam condizentes com as recomendações da reforma da Educação Básica.

Outro princípio orientador para a formação do professor é a investigação permanente sobre sua prática. A investigação, nesse caso, não deve ser confundida com a pesquisa científica, mas se refere a uma necessária atitude de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, das situações didáticas e dos conteúdos de ensino. Por outro lado, o acesso aos conhecimentos produzidos pela pesquisa científica contribui para desenvolvimento profissional do aluno, mantendo-o atualizado e possibilitando-lhe fazer escolhas fundamentadas com relação ao que ensina e ao como ensina. É também necessário que o professor conheça e saiba utilizar procedimentos comuns aos usados na investigação científica, como o registro, a sistematização de informações, a análise e a comparação de dados, o levantamento e a verificação de hipóteses. O conhecimento desses procedimentos ajuda-o a concretizar a sua atitude de investigação permanente em sala de aula, assim como a produzir e a socializar conhecimento pedagógico de modo sistemático.

Apoiadas nestes princípios, as Diretrizes para a formação continuada de professores definem o seguinte conjunto de competências necessárias à atuação profissional:

- I – competências referentes ao comprometimento com os valores estéticos, políticos e éticos inspiradores da sociedade democrática;
- II – competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- III – competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar;
- IV – competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V – competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;

VI – competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

A formação continuada de professores para a Educação Básica deve, ainda contemplar os diferentes âmbitos do conhecimento profissional do professor. Esses conhecimentos que professor deve adquirir ao longo de sua prática docente são necessários para o desenvolvimento das competências de atuação profissional que contemplam conhecimento sobre:

- cultura geral e profissional;
- crianças, jovens e adultos;
- dimensões cultural, social, política e econômica da educação;
- conteúdos das áreas de ensino;
- dimensão pedagógica;
- a dimensão experiencial.

Ainda faz parte das Diretrizes Gerais a observação de que a seleção dos conteúdos das áreas de ensino da Educação Básica deve ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas da escolaridade. Multidisciplinar ou especialista, o que o professor precisa saber para ensinar não é equivalente ao que o aluno vai aprender. Além dos conteúdos definidos para as diferentes etapas nas quais atuará, sua formação deve incluir conhecimentos mais amplos, tanto no que se refere à profundidade quanto ao tipo de saber.

O outro ponto com relação aos conteúdos a serem ensinados é que os mesmos devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas. O professor deve conhecer não só os conteúdos do currículo da Educação Básica, mas também suas didáticas específicas e esse conhecimento deve se dar de maneira articulada nos cursos de formação continuada, isto é, o estudo dos conteúdos deve ser feito a partir da perspectiva da sua prática e didática vivenciada nos espaços de formação e refletida coletivamente.

As Diretrizes Gerais explicitam, ainda, que a avaliação deve ter como finalidade:

- a orientação do trabalho dos formadores;
- a autonomia dos professores em relação ao seu processo de aprendizagem;
- a habilitação de profissionais com condições de iniciar e prosseguir na carreira.

A qualificação do pessoal docente se apresenta hoje como um dos maiores desafios, pois a implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação é uma condição e um meio para o avanço.

A melhoria da qualidade do ensino, indispensável para assegurar à população o acesso pleno à cidadania e a inserção nas atividades produtivas que permita a elevação constante do nível de vida, constituem um compromisso do Município. Este compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização do magistério, uma vez que os docentes exercem um papel decisivo no processo educacional.

A valorização do magistério implica, pelo menos, os seguintes requisitos:

- Uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;

- Jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;
- Compromisso social e político do magistério.

A valorização do magistério depende, pelo lado do Poder Público, da garantia de condições adequadas de formação, de trabalho e de remuneração e, pelo lado dos profissionais do magistério, do bom desempenho na atividade. Dessa forma, há que se prever na carreira, sistemas de ingresso, promoção e afastamentos periódicos para estudos que levem em conta as condições de trabalho e de formação continuada e avaliação do desempenho dos professores.

Na formação inicial é preciso superar à história dicotomia entre teoria e prática. A formação continuada assume particular importância, em decorrência do avanço científico e tecnológico e de exigência de um nível de conhecimentos sempre mais amplos e profundos na sociedade moderna. Este Plano, portanto, dará especial atenção à formação permanente (em serviço) dos profissionais da Educação. Os cursos de formação deverão obedecer, em quaisquer de seus níveis e modalidades, aos seguintes princípios:

- a) sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- b) ampla formação cultural;
- c) atividade docente como foco formativo;
- d) contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica;
- e) pesquisa como princípio formativo;
- f) domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e capacidade para integrá-las à prática do magistério;
- g) análise dos temas atuais da sociedade, da cultura e da economia;
- h) inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia nos programas de formação;
- i) trabalho coletivo interdisciplinar;
- j) vivência, durante o curso, de formas de gestão democrática do ensino;
- k) desenvolvimento do compromisso social e político do magistério;
- l) conhecimento e aplicação das diretrizes curriculares nacionais dos níveis e modalidades da Educação Básica.

1.3 Objetivos e Metas

1.3.1 Objetivos

1. Assegurar que os profissionais da Educação que atuarem nos cargos de suporte Pedagógico, tenham formação na área, conforme a Lei de Diretrizes e Bases e o Plano de Carreira e de Remuneração do Magistério do Município.

2. Assegurar a realização de cursos e palestras promovidas pelas Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, em conjunto com outras entidades.
3. Incentivar, conforme legislação específica, os profissionais do magistério a cursarem pós-graduação em nível *Lato-Sensu* na área de Educação, em instituições credenciadas pelo MEC.
4. Incentivar os profissionais do magistério para que, por meio de parcerias promovidas pelas mantenedoras com as Instituições de Educação Superior, frequentem cursos de Educação Especial, para atenderem alunos com necessidades especiais.
5. Manter o compromisso do Município, em ofertar a todos os profissionais da Educação da Rede Pública Municipal de Ensino, o mínimo de 24 horas de capacitação anual, de acordo com sua área de atuação.
6. Realização Seminários, Fóruns e/ou Conferências Municipais de Educação para tratar de assuntos educacionais relevantes, envolvendo os profissionais da Educação e a comunidade, nos termos das normas do Sistema Municipal de Ensino.
7. Incentivar a todos os profissionais do magistério do Sistema Municipal de Ensino que busquem o conhecimento e a incorporação de novas tecnologias, possibilitando a sua utilização na implementação do planejamento e na execução das suas atividades profissionais.

1.3.2 Metas

1. A partir da vigência deste Plano, a atuação de educadores na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, anos iniciais, deve ser com escolaridade mínima de nível médio, modalidade Normal, e preferencialmente, em nível superior com graduação em Pedagogia, com habilitação nas séries iniciais ou Educação Infantil e/ou Curso Normal Superior com licenciatura correspondente ao cargo.
2. Criar na SME, a partir da implantação deste Plano, departamento de equipe multidisciplinar (assistente social, psicólogo, nutricionista, entre outros) de apoio aos educandos e suas famílias, em conjunto com a Secretaria de Promoção Social e Ação Comunitária.
3. Após a aprovação deste Plano, incentivar a realização de feiras, exposições e festivais entre alunos da Rede Municipal em parceria com Clubes Comunitários, Profissionais Liberais, Entidades Cívicas Organizadas, com objetivo de promover uma maior integração social entre as escolas e a comunidade.

4. Reorganizar, até o terceiro ano de vigência deste Plano, a distribuição do período destinado à hora atividade dos professores regentes da rede pública municipal de ensino, na forma da lei e das normas do Sistema Municipal de Ensino.
5. Criar mecanismo para implementar, no prazo de dois anos, a partir da implantação deste Plano Municipal de Educação, o sistema da avaliação de desempenho dos profissionais da Educação, visando a atingir maiores índices, tanto nos aspectos qualitativos como nos quantitativos do ensino público municipal, a partir de normas estabelecidas pelo SME.
6. Manter programas de incentivo à pesquisa para os professores da Rede Pública Municipal de Ensino, em trabalhos cujos resultados contribuam com a Educação Municipal, buscando parcerias para que estes possam apresentar e divulgar seus projetos.

V – FINANCIAMENTO E GESTÃO

1. Financiamento e Gestão Orçamentária da Educação

Este plano considera que para os objetivos e metas, tanto do financiamento quanto da gestão, serem alcançados, não podemos incorrer em planejamentos rígidos, pois vivemos em uma sociedade em que as transformações ocorrem de forma tão acelerada, que inúmeros projetos que já se encontram em execução se confrontam com novos desafios. Portanto, quando fixamos objetivos e metas, é imperioso que mantenhamos uma postura flexível em relação aos meios engendrados para atingi-los.

Acreditamos que não se realiza um bom planejamento sem prever os gastos mínimos para que obtenhamos sucesso. Contudo, este PME pretende otimizar os recursos existentes, direcionando-os para o atendimento das principais demandas na área da Educação. Além disso, como observa o PNE, os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino representam o ponto da partida para a formação e a implementação de nossas metas educacionais. O que não devemos buscar por fontes adicionais de recursos, que permitam acelerar nossas ações e perseguir novos objetivos.

Quando abordamos o financiamento da Educação, temos em mente ainda, que estamos falando de uma ampla rede voltada, sobretudo, para garantir um direito básico dos cidadãos, logo, é inevitável que abordemos. Também, a forma como os recursos serão geridos e fiscalizados.

A LDB recomenda a autonomia das unidades de ensino, mas descentralizar a gestão da educação implica o desenvolvimento de habilidades de administração e gerenciamento que nem todos os dirigentes de estabelecimentos de ensino possuem. A prática e o exercício da descentralização urge pela necessidade de modernização e desburocratização da administração pública, de forma a torná-la mais ágil e eficaz, no entanto, depende da capacitação dos indivíduos, uma vez que a educação é oferecida em grande quantidade de estabelecimentos que apresentam características específicas, necessidades e clientela diferentes.

Conscientes de que o controle social dos serviços públicos é um tema muito abordado na área da Educação, especialmente na última década, quando foi instituído o Fundo Para o Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - FUNDEF, o Conselho do FUNDEF foi criado para garantir, através de conselheiros qualificados, o cumprimento dos objetivos, a fiscalização dos gastos e o estabelecimento das metas direcionadas para os fins específicos. A definição de custos, assim como a identificação dos recursos atualmente disponíveis e das estratégias para sua ampliação, representam o ponto de partida para a formação e implementação de metas educacionais. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 6.253/07 em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério FUNDEF que vigorou de 1998 a 2006.

Indicadores Financeiros	
Recursos Ordinários	
Fundef 15%	Gov. Fed. (ICMS, FPM, IPI - Exportação, ICMS (desoneração – eventual)
Salário Educação	Cota Estadual
Alimentação escolar	PNAE, PNAC, Recurso Próprio
Transporte Escolar	FUNDEF, PNATE, Recurso Próprio
Livro Didático EF	PNLD
Livros em Braille	_____
Saúde na Escola (res.14)	Recurso Próprio
EJA – Fazenda Escola	PEJA
Biblioteca da Escola	_____
Recursos diretamente arrecadados 10%	IPTU, IPVA, ISS e Recursos próprios
Outros	FNDE
Total	25%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

1.1 Diretrizes

Ao tratar do financiamento da Educação, é preciso reconhecê-lo como valor em si, requisito para o exercício pleno da cidadania, para o desenvolvimento humano e para a melhoria da qualidade de vida da população. Daí emerge a primeira diretriz

básica para o financiamento da Educação: a vinculação constitucional de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Somente a garantia de recursos e seu fluxo regular permitem o planejamento educacional.

Financiamento e gestão indissoluvelmente ligados. A transferência da gestão, de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirá garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional facilita amplamente esta tarefa, ao estabelecer, no § 5º. Do art. 69, o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e ao regulamentar quais as despesas admitidas como gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino.

A diversidade da capacidade de arrecadação de Estados e Municípios, deste entre si, levava a uma diferença significativa de gasto do aluno, pelo simples fato de estar matriculado numa escola estadual ou municipal.

Cumpra consolidar e aperfeiçoar outra diretriz a partir do FUNDEB, cuja preocupação central foi a equidade.

Para tanto, é importante o conceito operacional de valor mínimo gasto por um aluno, por ano, definido nacionalmente. A equidade refere-se não só aos sistemas, mas aos alunos em cada escola. A LDB preceitua que aos municípios cabe exercer a função redistributiva com relação a suas escolas.

Instaurada a equidade, o desafio é obter a adequação da aprendizagem a um padrão mínimo de qualidade (art. 211, § 1º, CF e art. 60, § 4º, ADCT), definido em termos precisos na LDB (art. 4º IX) como "a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem". Aqui o conceito chave já não é mais o de financiamento da Educação. Para enfrentar esta necessidade, os sistemas de ensino devem ajustar suas contribuições financeiras a este padrão desejado, e particularmente à União cabe fortalecer sua função supletiva, através do aumento dos recursos destinados à complementação do FUNDEF.

Para que a gestão seja eficiente há que se promover o autêntico federalismo em matéria educacional, a partir da visão de responsabilidades previstas na Carta Magna. A educação é um todo integrado, de sorte que, é o que ocorre num determinado nível perante aos demais, tanto no que se refere aos aspectos quantitativos como qualitativos. Há competências concorrentes, como é o caso do Ensino Fundamental, promovido por Estados e Municípios. Ainda que consolidadas as redes de acordo com a vontade política e a capacidade de financiamento de cada ente, algumas ações devem envolver Estados e Município, como é o caso do transporte do escolar, mesmo na hipótese de competência bem definida, como a Educação Infantil; que é responsabilidade dos municípios, não pode ser negligenciada a função supletiva dos Estados (art. 30, VI, CF) e da União (art. 30, VI CF e art. 211, § 1º, CF). Portanto, uma diretriz importante é o aprimoramento contínuo do regime de colaboração. Este deve dar-se, não só entre União, Estado e Municípios, mas também, sempre que possível, entre entes da mesma esfera federativa, mediante ações, fóruns e planejamentos interestaduais, regionais e intermunicipais.

1.2 Objetivos e Metas de Financiamento

1.2.1 Objetivos

1. Preservar, restabelecer e garantir o repasse dos percentuais de vinculação à manutenção do desenvolvimento da educação (MDE).
2. Garantir a correta utilização dos recursos nas aplicações prevista pela legislação vigente.

1.2.2 Metas

1. Complementar mecanismo de fiscalização e controle que assegurem o rigoroso cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, em termos de aplicação dos percentuais mínimos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, através da análise do demonstrativo de gastos elaborado pelo poder público executivo e apreciado pelo legislativo, em audiência pública quadrimestral e o demonstrativo encaminhado mensalmente ao Conselho de Acompanhamento do FUNDEF, além de divulgação por meios de comunicação à sociedade em geral.
2. Garantir que repasses do Município devidos à Educação ocorram nos prazos e condições estabelecidas pela LDB e legislação específica.
3. Garantir, entre as metas dos Planos Plurianuais vigentes no período de 2005 a 2015, a previsão do suporte financeiro necessário ao cumprimento das metas constantes neste Plano.
4. Assegurar que no Município, além de outros recursos municipais, os 10% dos recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino não vinculados ao FUNDEF sejam aplicados, exclusivamente, na Educação Infantil.
5. Buscar outras fontes de recursos para ampliação do atendimento à Educação Infantil.
6. Estabelecer, a partir da vigência do PME mecanismos destinados a assegurar o cumprimento dos arts. 70 (exceto o inciso VI) e 71 da LDB.
7. Articular, após aprovação do PME, os Tribunais de Contas, as Procuradorias da União e dos Estados, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEF, os sindicatos, as organizações não-governamentais e a população em geral para exercerem a fiscalização necessária para o cumprimento das metas.
8. Acompanhar os orçamentos nas esferas governamentais, de modo a cumprir as vinculações e subvinculações constitucionais e alocar, no prazo de dois anos, em todos os níveis e modalidades de ensino, valores por aluno, que correspondam a padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos nacionalmente.

1.3 Objetivos e Metas da Gestão Orçamentária

1.3.1 Objetivos

Assegurar que nos instrumentos de planejamento e gestão do Município, as prioridades da área educacional sejam adequadamente contempladas.

1.3.2– Metas

1. Assegurar as participações do Dirigente Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação na elaboração dos instrumentos legais da gestão orçamentária e financiamento do Município, a partir da vigência do PME.
2. Acompanhar a realização das receitas municipais para dimensionar o volume de recursos disponíveis para a aplicação da manutenção e do desenvolvimento do Ensino.

VI – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Municipal de Educação – PME é um documento de estratégias de políticas de educação que incluem, intrinsecamente, a intenção de avaliação conforme o previsto na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e nas metas do Plano Nacional de Educação.

Um Plano da importância e da complexidade do PME merece um acompanhamento e uma avaliação que lhe dêem segurança no prosseguimento das ações ao longo do tempo e nas diversas circunstâncias em que se desenvolverá. Adaptações e medidas corretivas conforme a realidade for mudando, ou assim que novas exigências forem aparecendo, dependerão de um bom acompanhamento e de uma constante avaliação de percurso.

A implantação e a implementação, com sucesso, deste PME, dependem de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação, e, para tal, há que se valer de questionamentos, discussões e/ou depoimentos de elementos envolvidos na Educação Municipal, quando de encontros, reuniões e visitas em loco, tendo relatórios e pareceres conclusivos como instrumentos responsáveis por uma crítica avaliatória, das diversas ações a serem desenvolvidas no ensino, durante os 10 anos de sua vigência. Tal avaliação se iniciará após dois anos de implantação do referido Plano e, a seguir, anualmente.

A Secretaria Municipal de Educação é responsável pela coordenação do processo de implantação e consolidação do Plano, na figura do Dirigente Municipal de Educação. Além dela, desempenharão também um papel essencial nessas funções o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a sociedade civil organizada.

Faz-se necessário que algumas entidades da sociedade civil diretamente interessadas e responsáveis pelos direitos da criança e do adolescente participem do acompanhamento e da avaliação do PME. O art. 227, §7º da Constituição Federal determina que no atendimento dos direitos da criança e do adolescente (incluídas nesse grupo as pessoas de 0 a 18 anos de idade) seja levado em consideração o disposto no art. 204, que estabelece a diretriz de participação da população, por meio de organizações representativas e órgãos colegiados da Secretaria Municipal de

Educação, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, sendo co-responsáveis na boa condução deste Plano.

Os objetivos e metas deste plano somente poderão se alcançados se ele for assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma. Sua aprovação pelo Poder Legislativo, num contexto de expressiva participação social, o acompanhamento e a avaliação pelas instituições governamentais e da sociedade civil e a conseqüente cobrança das metas nele propostas, são fatores decisivos para que a educação produza a grande mudança, no panorama do desenvolvimento da inclusão social, da produção científica e tecnológica e da cidadania de nossos Porciunculenses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao chegar na etapa final deste documento, gostaríamos de enfatizar que procuramos traçar um quadro realista não só da Educação no Brasil e no Estado, como também apresentar a realidade de nosso Município frente aos objetivos e metas traçados, que são frutos de necessidades e anseios de nossa sociedade e executado através de consenso entre os educadores cujas sugestões possam se alcançados.

Buscamos expor um plano flexível o suficiente para acolher novas propostas, testando habilidades de adaptação daqueles que conduzem as políticas públicas, sobretudo em educação, cuja função é preparar os indivíduos para um mundo em constante transformação.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Diretrizes para a Formação Inicial de professores da Educação Básica no site do MEC – CNE (Conselho Nacional de Educação).

Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN): a) Ensino Médio (CEB n. 15/98); b) Ensino Fundamental (CEB n. 04/98).

Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (1999); para Ensino Fundamental (1996); Referenciais para Educação Infantil; Indígena; Especial, de Jovens e Adultos (1998). Decreto n. 3.276/99 no site do MEC.

Comunidade Porciunculense.

Subsídios da história de Porciúncula – Dr. Edésio

Revista Municípios n° 104/ junho/2000 – Porciúncula.

Projeto: Porciúncula – Eternamente sua Administração 1997/2000.

Diagnóstico Participativo local – Município de Porciúncula – maio/2002 – Instituto SERE.

O desenvolvimento de um município – Itaperuna – Dogerminar frutificar – Dulce Muniz – Damadá/1985.

Estudo socioeconômico 2004 TCE – Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Secretaria Municipal de Educação – Informações Gerais.

PNE – Plano Nacional de Educação.

PEE – Plano Estadual de Educação – RJ.

Censo – INEP – 2005.

Censo Demográfico 2000 – IBEGE.

Perfil do Município.

Informações verbais de alguma escolas estaduais e particulares do Município.

Lei Orgânica Municipal/2002.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394/96.

Proposta do governo participativo 2005/2008.

Proposta de trabalho da Secretaria Municipal de Educação.

Lei nº 10.172/01 – cria o Plano Nacional de Educação.

Revista – Escola SAGARANA – Educação para a vida.

Revista UNDIME – RJ. Ano VIII n.º 2, 2002.

I e II Congresso de Educação do Estado do Rio de Janeiro

Constituição Federal 1988.

Como Elaborar o Plano Municipal de Educação – João Antonio Cabral de Monlevade.

AMAE EDUCANDO – Pensando a Escola – A Educação Infantil no Plano Municipal de Educação.

Plano Municipal de Educação – Fazer para Acontecer – João Antonio Cabral de Monlevade – Idéa Editora – Brasília – DF 2002.

Plano Nacional de Educação.

Unipli – Estudos Acadêmicos – Centro Universitário Plínio Leite.

RCNEI – Referências Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Reorientação Curricular – MEC.

Série de Estudos – Educação à Distância – Ministério da Educação.

Diretrizes gerais para o atendimento educacional aos alunos portadores de altas habilidades/superdotação e talentos – Educação Especial MEC/UNESCO.

Ensaio – Avaliação e Políticas públicas em Educação – Fundação Cesgranrio.

Revista CRIANÇA do Professor de Educação Infantil.

Ensino Fundamental de nove anos – Orientações Gerais.